

AVISO**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

UASG 373201 - 386.00006543/2025-19 - PREGÃO ELETRÔNICO – AR00226 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Início do prazo para envio da proposta eletrônica: 07/05/2026. Sessão Pública: 22/05/2026 às 09:00 horas - Edital disponível a partir do dia 07/05/2026.

O edital, na íntegra, estará disponível nos sites www.cptm.sp.gov.br, www.gov.br/compras/pt-br e www.doe.sp.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226

A **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM** comunica aos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto Estadual nº 63.722 de 21 de setembro de 2018, da Norma Implementadora nº 03/003, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da CPTM, no âmbito do objeto do Contrato e pelas condições constantes deste edital, realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo modo de disputa aberto, do tipo de menor preço, para contratação de serviços sob o regime de execução de **empreitada por preço unitário** e constituição de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

A sessão pública de processamento do **PREGÃO ELETRÔNICO** será realizada no endereço eletrônico do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designada nos autos do respectivo processo.

1. OBJETO, PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.
- 1.2 Deverão ser obedecidas as exigências constantes no Anexo I - Termo de Referência e as condições estabelecidas nos Anexos II - Minuta de Ata de Registro de Preços e III - Minuta de Contrato.
- 1.3 O prazo de execução dos serviços será estabelecido na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM, de acordo com as quantidades e características de cada O.S.
- 1.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, a contar da publicação de seu extrato.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Minuta de Ata de Registro de Preços;
Anexo III	Minuta de Contrato;
Anexo IV	Modelo de Proposta;
Anexo V	Modelo de Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
Anexo VI	Modelo de Declaração de Regularidade junto ao Ministério do Trabalho;
Anexo VII	Modelo de Declaração referente ao item 3.7.1 do Edital;
Anexo VIII	Modelo de Declaração de Ciência e Responsabilidade;
Anexo IX	Modelo de Declaração referente ao item 6.1.14 do Edital;
Anexo X	Modelo de Declaração de Parte Relacionada; e
Anexo XI	Modelo de Termo de Ciência e de Notificação.

3. PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar do certame todos os interessados que estiverem cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e desde que detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida em regulamento próprio.
- a) Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- b) As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o cadastro no SICAF, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
- 3.2 Quaisquer incompatibilidades entre o regulamento do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e o Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, prevalecerão as disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 3.3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 3.4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.
- 3.5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

- 3.6 Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.7 deste edital, a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao SICAF.
- 3.7 Não poderão participar deste certame empresas impedidas de participar de licitação ou de serem contratadas pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 3.7.1 A PROPONENTE deverá declarar que não está impedida de participar de licitações e de com a CPTM contratar, conforme modelo constante do Anexo VII.
- 3.8 É vedada a participação de cooperativas nesta licitação, nos termos do parágrafo único do artigo 29 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, bem como nos termos da Deliberação do TCE (SEI Nº 0017044/2021-10) de 15 de dezembro de 2022.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras.
- 4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.3 O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou a entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. DA PROPOSTA

- 5.1 As propostas deverão ser enviadas por meio do sistema eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante no cadastramento da proposta inicial, declarar, em campo próprio do sistema, que:
- 5.1.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.1.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

- 5.1.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.1.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.1.5 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 5.1.5.1 Caso a licitante declare que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, não prejudicará a participação no certame, apenas não terá direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 5.2 Ao apresentar proposta fica subentendido que a licitante declara ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem realizados e que se submete a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303/16, do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, que regerão o contrato decorrente desta licitação.
- 5.3 Para fins de lançamento da proposta no sistema, o valor enviado eletronicamente deverá ser o **VALOR GLOBAL** orçado pela PROPONENTE.
- 5.4 No montante proposto pela licitante deverão estar incluídos além de todos os custos operacionais de sua atividade (materiais, equipamentos, insumos, salários acrescidos dos respectivos encargos sociais), e os tributos que eventualmente se façam devidos, também o BDI.
- 5.5 O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados da última data estabelecida para a sua entrega.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1 O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 7.16, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.1.1 Registro do empresário na Junta Comercial;
- 6.1.2 Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da designação da diretoria em exercício;

- 6.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- 6.1.4 Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL

Caso a PROPONENTE participe da licitação por meio da matriz, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da matriz.

Caso a participação da PROPONENTE se dê por meio de uma de suas filiais, deverão ser apresentados documentos comprobatórios de regularidade fiscal em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos somente em nome da matriz.

- 6.1.5 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** - CNPJ da **PROponente**;
- 6.1.6 Prova de regularidade para com a seguridade social, mediante a apresentação de **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, dando conta da regularidade dos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados;
- 6.1.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1.8 **Comprovação de aptidão** da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, por meio da apresentação de **pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, em nome da licitante**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
 - 6.1.8.1 Para fins de comprovação das características a que se refere este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a realização de **serviços de solução de segurança de rede contemplando o fornecimento, instalação configuração e treinamento de firewalls, switches e console de gerenciamento centralizada de firewalls.**
 - 6.1.8.2 O(s) atestado(s) poderá(ão) referir-se a contrato(s) em andamento, desde que o(s) mesmo(s) demonstre(m) que os serviços realizados, até então, são compatíveis com o solicitado no subitem 6.1.8.1 deste edital.

- 6.1.8.3 Os atestados que não estejam em nome da licitante somente serão aceitos nos casos de cisão, fusão, incorporação ou criação de subsidiária integral, da pessoa jurídica, em que esteja comprovada, inequívoca e documentalmente, a transferência definitiva, para si, do acervo técnico.
- 6.1.8.4 É proibida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo econômico da licitante.
- 6.1.8.5 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.
 - b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
 - c) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 6.1.9 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da pessoa jurídica, para Sociedades Empresárias;
- 6.1.9.1 Na hipótese de recuperação judicial/extrajudicial, deve a PROPONENTE apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, com autorização expressa para a participação em processos de licitação; ou laudo de constatação prévia das reais condições de funcionamento do devedor nos termos do art. 51 - A, da Lei 11.101/05 acompanhado do despacho de deferimento do processamento da recuperação judicial; ou decisão interlocutória do juízo do

processamento da recuperação autorizando a participação em processos de licitação; ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

- 6.1.10 Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral da Comarca onde a empresa está sediada, para Sociedades Simples.

DECLARAÇÕES

- 6.1.11 **Declaração**, sob as penas da lei, que a PROPONENTE se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo VI;
- 6.1.12 **Declaração**, sob as penas da lei, de que a PROPONENTE não está impedida de participar de licitação ou de ser contratada pela CPTM, nos termos dos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, conforme Anexo VII;
- 6.1.13 **Declaração de Ciência e Responsabilidade**, conforme modelo constante do Anexo VIII;
- 6.1.14 **Declaração** emitida pela própria PROPONENTE de que é Revendedor Autorizado ou Parceiro Certificado, conforme modelo constante do Anexo IX;
- 6.1.14.1 O fabricante fica isento de apresentar a declaração de que trata o subitem 6.1.14 para a sua participação nesta licitação.
- 6.1.15 **Declaração de Parte Relacionada**, conforme modelo constante do Anexo X.

- 6.2 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. No entanto, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

- 6.3 Não constando dos documentos prazo de validade, serão aceitos aqueles emitidos até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação da proposta.

7. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

- 7.1 No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do subitem 5.3 deste edital.
- 7.2 No dia e horário indicado no preâmbulo deste edital, dar-se-á início à sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico automaticamente, por meio de sistema eletrônico.

- 7.3 Será iniciada a etapa de lances, em que poderão participar todas as licitantes.
- 7.3.1 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- 7.3.2 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor, ficando estabelecida a **REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE ELES DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)**.
- 7.4 A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.4.1 A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.5 A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema, findos os períodos de duração indicados no subitem anterior.
- 7.6 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
- 7.7 Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:
- 7.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.7.2 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 7.7.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora dos lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.
- 7.7.3.1 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contados após a comunicação automática controlada pelo sistema.
- 7.7.3.2 Na ocorrência de desistência ou na falta de manifestação no prazo estabelecido, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência.

- 7.7.3.3 Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no 7.7.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova oferta.
- 7.7.3.3.1 Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- 7.7.4 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.8 Em caso de empate entre 2 (duas) melhores propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os critérios de desempate estabelecidos no artigo 78 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 7.8.1 As regras previstas no subitem 7.8 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.9 O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 7.10 O pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.11 A aceitabilidade será aferida por meio de atualização monetária do valor do orçamento estimado, após aplicação do Índice Geral de Preços ao Consumidor - IPC-FIPE correspondente a data da sessão pública.
- 7.11.1 Na hipótese de, até a data do julgamento das propostas, não ter sido divulgado o índice correspondente ao mês da sessão pública, a atualização será calculada através da aplicação do último índice disponibilizado.
- 7.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a PROPONENTE desistente a penalidade mencionada na cláusula 11 deste edital.
- 7.13 O autor da oferta de menor preço deverá, ao final da etapa de negociação e após a solicitação do Pregoeiro, enviar a Proposta e a Planilha de Quantidades e Preços Propostos, elaboradas conforme modelos constantes nos Anexos III e IV do Edital, contemplando o preço aceito pelo pregoeiro na etapa de negociação.
- 7.13.1 As planilhas apresentadas serão analisadas e caso eventuais valores unitários sejam maiores que os valores unitários obtidos em face da pesquisa de preços o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão negociá-los um a um, a fim de obter condições mais vantajosas para a Administração, antes do preço ser considerável aceitável.
- 7.14 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro procederá a análise das propostas visando o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedecerem às exigências do edital ou da legislação aplicável, ou impuserem condições;
- b) Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- c) Apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- d) Por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.

7.15 A desclassificação se dará por decisão motivada do pregoeiro.

7.16 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) A verificação dos documentos indicados no item 6 deste edital do autor da oferta aceita;
- b) Caso os documentos não atendam aos requisitos estabelecidos no item 6 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
 - b1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do sistema.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.16. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- e) A critério do Pregoeiro a empresa declarada vencedora poderá ser instada a apresentar os originais, inclusive a Proposta e a Planilha de Quantidades e Preços Propostos, elaboradas conforme modelos constantes nos Anexos III e IV do Edital, ou cópias autenticadas por tabelião de notas quando for o caso, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, que, caso solicitados, deverão ser apresentados no Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico - DFCE, sito na Rua Boa Vista nº 162 - 1º andar - Centro - São Paulo/SP, em prazo a ser determinado, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

- f) Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 6.1.6 e 6.1.7 deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
 - g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, a licitante será habilitada, momento em que o Pregoeiro consultará as demais licitantes classificadas para se manifestarem se aceitam igualar os seus valores à oferta de menor preço, excluído o percentual referente à margem de preferência, caso aplicada. Em seguida, observada a ordem de classificação original no certame, o Pregoeiro procederá ao julgamento da habilitação das licitantes que concordarem, observando as diretrizes deste subitem.
 - h) Caso não haja concordância por parte das licitantes consultadas nos termos da alínea “g”, a licitante que ofertou o menor preço será declarada a vencedora do certame.
- 7.17 A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do subitem 7.16 deverá comprovar sua regularidade fiscal por ocasião da celebração do instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo a sessão retomada para exame da oferta subsequente de menor preço, nos termos do subitem 7.19.
- 7.18 A comprovação de que trata o subitem 7.17 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da CPTM, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame.
- 7.19 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, respeitada a ordem de classificação, assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.20 Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.19, será declarada a melhor oferta, aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

8. RECURSO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 Divulgado o vencedor pelo sistema, as licitantes poderão manifestar, motivadamente, a intenção de interpor recurso referente ao resultado do julgamento das propostas e da habilitação, da anulação ou da revogação da licitação, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado no sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, sem prorrogação.
- 8.2 Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem anterior, o sistema informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias

úteis após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a contar da data da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 8.3 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.4 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente instruído à autoridade competente.
- 8.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.
- 8.6 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento, excetuando-se o disposto no § 2º, artigo 94 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 8.7 A homologação será feita **pela totalidade do objeto**.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1 A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições do artigo 11 do Decreto 63.722/2018, e será subscrita pela autoridade que formalizou o edital.
- 9.2 A licitante classificada em primeiro lugar e aqueles que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado deverão, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços digitalmente, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no item 13 deste edital.
 - 9.2.1 A licitante que convocada para assinar a Ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.
 - 9.2.2 A CPTM enviará e-mail para que seja realizada a assinatura digital da Ata de Registro de Preços no ambiente da plataforma eletrônica vigente (Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outra).
 - 9.2.3 Quando solicitado pela CPTM, os convocados nos termos do subitem 9.2 ficam obrigados a informar os seguintes dados qualificativos: nome da pessoa para comunicações, inclusive o endereço, telefone e e-mail para contato, assim como o nome e a qualificação dos representantes com poderes para assinar a Ata de Registro de Preços.
 - 9.2.4 A CPTM providenciará a imediata publicação da Ata.
- 9.3 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do extrato da respectiva Ata.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 10.1 Não será admitida a utilização da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação por Órgãos ou Entidades não participantes do certame licitatório.

11. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 11.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 11.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará na sua suspensão e no seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida.
- 11.2.1 Se a desconexão, exceto na etapa de lances, persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade.
- 11.2.2 Se a desconexão ocorrer durante a etapa de lances, a sessão não será suspensa e a apresentação de lances pelos licitantes terá continuidade, até o término do período estabelecido no edital.
- 11.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

12. CONTRATAÇÃO

- 12.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada por meio de contrato, cujo modelo constitui o Anexo II do presente edital.
- 12.2 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com a documentação indicada na alínea “e”, do subitem 7.16, os seguintes dados qualificativos: nome da pessoa para comunicações relativas ao contrato, inclusive o endereço, telefone, e e-mail para contato, assim como o nome e a qualificação da pessoa com poderes para assinar o contrato com a CPTM.
- 12.3 Caso a melhor classificada no pregão seja microempresa ou empresa de pequeno porte, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, serão observadas as disposições constantes dos subitens 7.16 a 7.20.
- 12.4 Se, por ocasião da formalização do contrato, a **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** e o **Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF** estiverem com os prazos de validade vencidos, a CPTM verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, inclusive a existência de registro no **Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual**, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 12.5 Se não for possível efetuar a verificação, de que trata o subitem 12.4, a Adjudicatária

será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 12.4, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, assim como a comprovação de inexistência de registro no CADIN Estadual, emitida por meio do site: http://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/, sob pena da contratação não se realizar.

12.6 A adjudicatária deverá, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data da convocação, assinar o contrato digitalmente, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas no item 13 deste edital.

12.6.1 A CPTM enviará e-mail para que seja realizada a assinatura digital do contrato no ambiente da plataforma eletrônica vigente (Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou outra).

12.6.2 Quando solicitado pela CPTM, a adjudicatária fica obrigada a informar os dados necessários do representante com poderes a firmar o Termo de Contrato.

12.6.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, ou outras vezes, sempre mediante justificativa.

12.6.4 Por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, deverá a PROPONENTE vencedora apresentar a Comprovação da Declaração constante do subitem 6.1.14, que se dará através de consulta no site do fabricante ou de documentação fornecida pelo mesmo.

12.7 Caso ocorra impedimento da empresa registrada em primeiro lugar para assinar o contrato com a CPTM, será convocada a empresa registrada subsequente, respeitada a ordem de classificação da Ata de Registro de Preços.

13. PENALIDADES

13.1 A PROPONENTE que: ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame; não apresentar documento(s) exigido(s) para a celebração do instrumento contratual; não celebrar a contratação, quando convocado pela CPTM, dentro do prazo de validade de sua proposta; praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; apresentar documentação falsa; não manter a proposta; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação; praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; dar causa à inexecução total do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPTM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, garantido o direito prévio ao contraditório e a ampla defesa, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com a previsão contida no artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, disponível no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br, dosada e aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta, com o consequente registro no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

- 13.2 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 0,12% (doze centésimos por cento) do valor referencial da CPTM, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - b) Deixar de entregar amostras para os pregões em que houver a previsão de análise das mesmas com a suspensão da sessão;
 - c) Cometer erro no lançamento dos valores e ensejar o retardamento da continuidade do pregão, na tentativa de corrigir o erro cometido.
- 13.3 Caso ocorram as situações especificadas a seguir, será aplicada multa de 0,60% (sessenta centésimos por cento) do valor total da contratação pretendida, respeitado o contraditório e a ampla defesa:
- a) Regularmente convocada e estando sua proposta dentro do prazo de validade, se recusar a assinar o Contrato;
 - b) Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, qualquer documento ou anexos exigidos, via mídia eletrônica, de forma provisória, ou em original ou cópia autenticada, de forma definitiva.
- 13.4 Aplicadas as multas referidas nos subitens anteriores, a PROPONENTE deverá pagá-las em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se às medidas cabíveis, inclusive sua inscrição no CADIN Estadual.
- 13.5 Para a aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM serão observadas as disposições do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, especificamente os incisos IV, V, VI, VII e VIII, a seguir transcritos:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para assinatura do contrato: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 90 (noventa) dias;
 - b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
 - c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 100 (cem) dias;
 - d) Praticar as condutas previstas nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do caput do art. 246 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM,

vigente a partir de 04 de dezembro de 2023: Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a seguir transcritas:

- d1) praticar quaisquer atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- d2) apresentar documentação falsa;
- d3) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d4) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d5) participar ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação;
- d6) praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação;
- d7) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 13.6 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CPTM é cumulável com as sanções de multa para sancionar um mesmo fato.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.2 Das sessões públicas de processamento do pregão será lavrada ata circunstanciada, emitida pelo sistema eletrônico de processamento.
- 14.3 A CPTM poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.
- 14.4 O aviso contendo o resumo do edital da licitação, do extrato do contrato e de seus termos de aditamentos decorrentes de procedimentos licitatórios deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na internet no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 14.5 Os atos de julgamento, adjudicação, homologação, demais atos e procedimentos, serão divulgados no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 14.6 No interesse da CPTM, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- a) Adiada a data da sessão pública de processamento do pregão; ou
 - b) Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da sessão pública de processamento do pregão.
- 14.7 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada

para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação até o prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para realização da sessão pública.

- 14.8 Qualquer interessado é parte legítima para apresentar questionamentos, por meio de correio eletrônico para o endereço departamento.compras@cptm.sp.gov.br, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, e as respostas às dúvidas suscitadas serão divulgadas no sistema e no sítio eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 14.9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.10 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da sessão pública.
- 14.11 Os casos omissos do presente PREGÃO serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo administrador da plataforma.
- 14.12 O valor do orçamento estimado pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM para esta licitação é sigiloso e preservado até a etapa de negociação, conforme critério de julgamento estipulado neste edital.
- 14.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

Diretor Administrativo e Financeiro

Diretor Presidente

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços de instalação, configuração, garantia e treinamento, com fornecimento de equipamentos de firewall, switches e de solução de gerenciamento centralizado, através de Ata de Registro de Preços.

2. REQUISITOS GERAIS

- 2.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser totalmente novos, sem uso anterior, de fabricação recente e isentos de defeitos de fabricação ou acabamento.
- 2.2. Os itens ofertados deverão estar em linha de produção do fabricante, não estarem relacionados em lista de “End of Sale”, “End of Life” e “End of Support” ou qualquer outro documento dos fabricantes que indiquem sua obsolescência.
- 2.2.1. Em hipótese alguma serão aceitos equipamentos reconicionados ou já utilizados anteriormente.
- 2.3. Todas as características, recursos e funcionalidades descritas neste Termo de Referência, deverão estar plenamente atendidas nos modelos e versões dos produtos oferecidos.
- 2.4. Os equipamentos ofertados para os Itens 1 e 2 da Planilha de Quantidades e Preços deverão ser do mesmo fabricante e totalmente compatíveis em suas funcionalidades.

3. CAMADA DE SEGURANÇA - ITEM 1

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 3.1.1. A solução deve consistir em plataforma de proteção de rede baseada em appliance físico com funcionalidades de Next Generation Firewall.
- 3.1.1.1. O termo Next Generation Firewall doravante será empregado como NGFW ou simplesmente FIREWALL.
- 3.1.2. Deve suportar, no mínimo, 4,5 Gbps de throughput de Firewall stateful.
- 3.1.3. Deve suportar, no mínimo, 1 Gbps de throughput IPS.
- 3.1.4. Deve suportar, no mínimo, 3.9 Gbps de throughput de VPN IPSec.
- 3.1.5. Requisitos mínimos de Interfaces:

Tipo	Quantidade
Portas 1 Gbps	5
Portas USB	1
Porta Console	1

- 3.1.6. Deve suportar, no mínimo, 300 Mbps de throughput de Inspeção SSL.

- 3.1.7. Deve suportar, no mínimo, 560 Mbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes e log habilitado: firewall, controle de aplicação, IPS (MIX) e antimalware.
- 3.1.8. Suporte a, no mínimo, 680 mil de conexões simultâneas.
- 3.1.9. Suporte a, no mínimo, 30 mil de novas conexões por segundo.
- 3.1.10. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 180 túneis de VPN IPSec Site-to-Site simultâneos.
- 3.1.11. Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 230 túneis de clientes VPN IPSec simultâneos.
- 3.1.12. Deverá possuir 5 interfaces RJ45 1 Gigabit Ethernet.
- 3.1.13. Estar licenciado e ter incluído sem custo adicional, no mínimo, 5 sistemas virtuais lógicos por equipamento. Entende-se por sistema virtual lógico a possibilidade de dividir um único equipamento físico em várias unidades virtuais, tendo um contexto para WAN e outro contexto para LAN, por exemplo.
- 3.1.14. Possuir fonte de alimentação com entrada 100–240V AC, 50–60Hz.
- 3.1.15. Deve ser entregue suportando, e licenciado caso seja necessário, para alta disponibilidade do tipo ativo-ativo.
- 3.1.16. Todos os modelos de Tipos de Firewalls ofertados, devem ser do mesmo fabricante e compatíveis com os todos itens de gerência.
- 3.1.17. O equipamento deverá ser novo e sem uso anterior.
 - 3.1.17.1. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação, na data de entrega da proposta.
 - 3.1.17.2. O software deverá ser fornecido em sua versão mais atualizada.
- 3.1.18. Todos os equipamentos devem ser novos e sem uso anterior.
- 3.1.19. O fabricante deve publicar as vulnerabilidades conhecidas em cada versão das plataformas NGFW e Gerenciamento, detalhar o meio de os meios de correções diante de um relatório PSIRT.
- 3.1.20. Por funcionalidades de Firewall entende-se: um firewall com inspeção de estado (stateful) que permita ou bloqueia tráfego de acordo com o estado, a porta e o protocolo.
- 3.1.21. Por funcionalidades de NGFW entende-se: firewall, controle de aplicações, prevenção de ameaças e IPS (intrusion prevention system).
 - 3.1.21.1. Esta taxa deve referenciar-se a tráfego multiprotocolo em ambiente de produção, tráfego considerado de mundo real ou tráfego misto, ou seja, aquele que não faz referência apenas

a um protocolo e/ou um tamanho de pacote para teste em condição ideal.

3.1.22. Por funcionalidades de Threat Prevention entende-se as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente: Controle de aplicação, IPS (Intrusion Prevention System), Antimalware.

3.1.22.1. Esta taxa deve referenciar-se a tráfego multiprotocolo em ambiente de produção, tráfego considerado de mundo real ou tráfego misto, ou seja, aquele que não faz referência apenas a um protocolo e/ou um tamanho de pacote para teste em condição ideal.

3.1.23. Para proteção do ambiente contra-ataques cibernéticos, o dispositivo de proteção deve possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware (para bloqueio de arquivos maliciosos), integrados no próprio appliance de NGFW.

3.1.24. Deve implementar em um único dispositivo, de forma integrada, tecnologia de Next Generation Firewall com capacidade para filtro de pacotes, controle de aplicação, VPN IPSec, IPS, prevenção contra ameaça de vírus, spywares e malwares e filtro de conteúdo/URL, além de haver integração com sandbox para prevenção contra ameaças avançadas.

3.1.25. A plataforma deve ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada 7.

3.1.26. Define-se o termo “appliance” como sendo um equipamento dotado de processamento, memória e outros recursos tecnológicos exclusivos para um determinado serviço.

3.1.27. Não serão aceitas soluções baseadas em PC's (personal computers) de uso geral, assim como, soluções de “appliance” que utilizam hardware e software de fabricantes diferentes.

3.1.28. Todos os equipamentos appliances do tipo firewall ofertados, devem possuir homologação da ANATEL, emitida e válida no dia do certame/pregão.

3.2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

3.2.1. Deve implementar o controle do tráfego para os protocolos TCP, UDP, ICMP e aplicações/serviços como FTP, DNS, P2P entre outros, baseados nos endereços de origem e destino.

3.2.2. Suportar inspeção stateful de tráfego IPv4 e IPv6.

3.2.3. Suportar a criação de regras IPv4 e IPv6.

3.2.4. Deverá suportar dual stack IPv4/IPv6, ICMPv6, DNSv6.

3.2.5. Implementar recurso de NAT (network address translation) tipo one-to-one, one-to-many, many-to-many, many-to-one, porta TCP de conexão (NAPT) e NAT Traversal em VPN IPSec.

- 3.2.6. Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66, prevenindo problemas de roteamento assimétrico.
- 3.2.7. Deve suportar NAT64 e NAT46.
- 3.2.8. Possuir funcionalidade de DHCP Relay e DHCP Server.
- 3.2.9. Deve possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM) e IGMP V2 e V3.
- 3.2.10. Deve possuir proteção anti-spoofing.
- 3.2.11. Deve suportar OSPF graceful restart ou OSPF ECMP.
- 3.2.12. Deve suportar Modo Sniffer, para inspeção via porta espelhada do tráfego de dados da rede.
- 3.2.13. Deve suportar Modo misto de trabalho Sniffer, L2 e L3 em diferentes interfaces físicas.
- 3.2.14. Possuir servidor de DHCP (dynamic host configuration protocol) interno com capacidade de alocação de endereçamento IP para as estações conectadas às interfaces do firewall e em VPN.
- 3.2.15. Possibilitar a aplicação de regras de firewall e IPS por IP e grupo de usuários, permitindo a definição de regras para determinado horário ou período (dia da semana e hora) com matriz de horários que possibilite o bloqueio de aplicações em horários específicos.
- 3.2.16. Deve permitir a utilização de regras de antivírus, antispware, IPS e filtro de conteúdo web por segmentos de rede.
 - 3.2.16.1. Todas as aplicações devem ser suportadas no mesmo segmento de rede ou VLAN.
- 3.2.17. Deve contemplar VIRTUAL patching com integração nativa na rede de inteligência cibernética do Fabricante com intuito de auto proteger as vulnerabilidades apresentadas pelo relatório PSIRT, podendo ser atendido mediante licenciamento da funcionalidade de IPS.
- 3.2.18. Deve de-criptografar tráfego Inbound e Outbound em conexões negociadas com TLS 1.2 e TLS 1.3.
- 3.2.19. A inspeção SSL deve ser compatível com HTTP/3.
 - 3.2.19.1. Tal inspeção é essencial uma vez que uma grande quantidade de sítios públicos está utilizando o protocolo em questão, tais como serviços de compartilhamento de vídeos, sites de busca e redes sociais, os quais estão sendo diariamente consumidos por usuários corporativos e externos.
- 3.2.20. O equipamento deve possuir a capacidade de Controle de Aplicação (Application Control) para gerenciar, bloquear ou permitir o uso do aplicativo Microsoft TEAMS.

- 3.2.21. Deve ter suporte à proteção e identificação de hosts possivelmente infectados com “botnets”.
 - 3.2.21.1. A solução ofertada deve permitir ao administrador a possibilidade de apenas gerar registro e identificar as máquinas possivelmente contaminadas e ter a possibilidade de habilitar e analisar todas as conexões que passam por este dispositivo de segurança, como também ativar tal funcionalidade especificando análise por regra de firewall, permitindo assim maior granularidade da gestão e do recurso.
- 3.2.22. Possuir assinaturas específicas ou implementar mecanismo interno no appliance para mitigação de ataques dos (denial-of-service) e DDoS devidamente licenciado.
- 3.2.23. Criar assinaturas personalizadas com o uso de expressões regulares e análise de contexto, como sessões ou transações.
- 3.2.24. Ser capaz de bloquear ataques básicos como: Syn flood, ICMP flood, UDP flood, etc.
- 3.2.25. Detectar e bloquear a origem de portscans.
- 3.2.26. Deve permitir o bloqueio de ataques.
- 3.2.27. Deve permitir o bloqueio de exploits conhecidos.
- 3.2.28. A solução de firewall deve permitir integração com threat feeds externos.
 - 3.2.28.1. Suportar ao menos listas de IPs, hashes de malwares e domínios.
- 3.2.29. O gateway antivírus deve suportar a análise de pelo menos os protocolos HTTP, FTP, IMAP e SMTP.
- 3.2.30. Deve ter a capacidade de analisar tráfegos criptografados HTTPS/SSL onde o mesmo deverá ser descriptografado de forma transparente à aplicação.
- 3.2.31. Possuir mecanismo de forma a possibilitar o funcionamento transparente dos protocolos FTP e SIP, mesmo quando acessados por máquinas através de conversão de endereços.
 - 3.2.31.1. Este suporte deve funcionar tanto para acessos de dentro para fora, quanto, de fora para dentro.
- 3.2.32. Deve possuir recursos de automação, com a finalidade de facilitar a operação diária dos firewalls.
 - 3.2.32.1. Suportar, pelo menos, a tomada de ações como execução de scripts, envio de e-mails, notificações via Teams e APIs mediante hosts comprometidos, agendamentos, mudanças de configuração e ocorrência de eventos de rede e segurança pré-definidos.

- 3.2.33. Implementar controle e gerenciamento de banda para a tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) sobre diferentes segmentos de rede/segurança com inspeção profunda de segurança sobre este serviço.
- 3.2.34. Implementar mecanismo de sincronismo de horário através do protocolo NTP.
- 3.2.35. Possuir suporte ao protocolo SNMP versões 2 e 3.
- 3.2.36. Possui suporte a log via syslog.
- 3.2.37. Possuir suporte aos protocolos de roteamento RIP, RIPv2, RIPv6, BGP, OSPF, OSPFv2 e OSPFv3.
 - 3.2.37.1. As configurações dos protocolos elencados, devem ser feitos através da interface gráfica.
- 3.2.38. Para BGP, deve suportar o anúncio condicional de communities em função de health checks efetuados pela solução.
- 3.2.39. Reconhecer aplicações como no mínimo peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail e aplicações SaaS.
- 3.2.40. Deve suportar ao menos 128 tabelas independentes de roteamento, por contexto de firewall.
- 3.2.41. Para tráfego criptografado SSL, deve de-criptografar pacotes a fim de possibilitar a leitura de payload para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante.
- 3.2.42. Permitir a criação de assinaturas customizadas de acordo com o fluxo de acesso dos usuários a serviços internos.
- 3.2.43. Controle, inspeção e de-criptografia de SSL por política para tráfego de entrada (Inbound) ou Saída (Outbound).
- 3.2.44. A solução deve suportar integração nativa com Let's Encrypt, para obtenção de certificados válidos, de forma automática.
- 3.2.45. Deve suportar VLAN Tags padrão 802.1q, adicionalmente agregação de portas utilizando protocolo 802.3ad, com algoritmo de balanceamento L2, L3 e L4.
- 3.2.46. A solução de firewall deve possuir conectores nativos para integração com nuvens privadas, pelo menos: VMware ESXi, Cisco ACI e Kubernetes.
- 3.2.47. Para agilizar a gerência remota do firewall, deve ser possível carregar conteúdo estático dela a partir de objetos em cache em CDNs.
- 3.2.48. Todos os equipamentos fornecidos do tipo Firewall devem permitir a instalação e montagem em rack 19", com altura máxima de 01 RUs (uma

unidade de altura de rack), não podendo ser entregues em formato virtualizado.

3.2.49. A solução ofertada deve continuar operando de forma nativa e totalmente automática, sem qualquer tipo de intervenção manual, mantendo as funcionalidades de controle de aplicação, antivírus e IPS, ainda que não permaneça o direito de atualização de suas bases de assinaturas, vacinas e uso de sandbox em nuvem, bem como categorização dinâmica de sites, uma vez expirado o licenciamento.

3.2.50. Devem incluir 2 (dois) tokens mobile, por NGFW, sem custo, permitindo o uso de múltiplo fator de autenticação na gerência dos firewalls.

3.2.50.1. Esse item pode ser entregue em composição com solução de fabricante diferente do Firewall.

3.3. CARACTERÍSTICAS DE VPN

3.3.1. Suportar políticas de roteamento sobre conexões VPN IPSEC do tipo site-to-site com diferentes métricas e aplicações.

3.3.1.1. A rota poderá prover aos usuários diferentes caminhos redundantes sobre todas as conexões VPN IPSEC.

3.3.2. Possuir agente de IPSEC client-to-site compatível com dispositivos móveis Android ou IOS.

3.3.3. Implementar os esquemas de troca de chaves manual, IKE e IKEv2 por Pré-Shared Key, Certificados digitais e XAUTH client authentication.

3.3.4. Suportar 200 certificados local para VPN IPSEC.

3.3.5. Permitir a definição de um gateway redundante para terminação de VPN no caso de queda do primário.

3.3.6. Suportar encapsulamento de VRFs através dos tuneis IPSec, permitindo a segmentação lógica de redes em todo o ambiente WAN, de acordo com a escalabilidade descrita neste Termo de Referência.

3.4. CONTROLE DE AMEAÇAS

3.4.1. Deve implementar mecanismos de proteção de “dia zero” (Zero Day Protection), isto é, para ameaças que não possuam assinaturas.

3.4.2. Para este tipo de proteção, a solução prevenção através de feature cloud de segurança, deverá identificar a ameaça, e posteriormente reter eventual ameaça, uma vez identificada.

3.4.3. A análise desta ameaça deve ser realizada em ambiente de nuvem do próprio fabricante da solução.

3.4.4. Para as ameaças de dia zero, a solução deve ter a habilidade de prevenir o ataque.

3.5. CARACTERÍSTICAS DE FILTRO DE CONTEÚDO WEB E FILTRO DE DNS

3.5.1. Possuir filtro de conteúdo integrado ao NGFW para classificação de

páginas web com, no mínimo, 80 (oitenta) categorias distintas, com mecanismo de atualização automática.

- 3.5.2. Deve bloquear requisições de domínios conhecidos como “Command and Control” de botnets.
- 3.5.3. Deve possuir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais URLs através da integração com serviços de diretório, Active Directory e base de dados local.
- 3.5.4. Devem ser fornecidas licenças de filtro de conteúdo para cada equipamento, provendo atualização automática e em tempo real através da categorização contínua de novos sites da Internet, sem custo adicional, por todo o período de vigência da garantia.
- 3.5.5. Permitir a customização de página de bloqueio.
- 3.5.6. Controle de conteúdo filtrado por categorias de sites com base de dados continuamente atualizada pelo fabricante.
- 3.5.7. Ter a capacidade de permitir ou bloquear novos domínios criados a fim de evitar campanha de malwares.
- 3.5.8. Deve permitir submissão de novos sites para categorizar.
- 3.5.9. Permitir a classificação dinâmica de sites web, URLs e domínios, com o veredicto em tempo real, com a rede de inteligência do fabricante.
- 3.5.10. Permitir a associação de grupos de usuários a diferentes regras de filtragem de sites web, definindo quais categorias deverão ser bloqueadas ou permitidas para cada grupo de usuários, podendo ainda adicionar ou retirar acesso a domínios específicos da Internet.
- 3.5.11. Permitir regra, com controle de autenticação, filtrando através de grupos de usuários importados de fontes externas, possibilitando único login SSO originados dos serviços Active Directory, TS e Citrix.
- 3.5.12. Suporte a seguintes fontes para autenticação:
 - 3.5.12.1. Microsoft Active Directory;
 - 3.5.12.2. Kerberos;
 - 3.5.12.3. LDAP;
 - 3.5.12.4. Radius;
 - 3.5.12.5. HTTP;
 - 3.5.12.6. Lista estática de endereços MAC;
 - 3.5.12.7. Deve possuir integração com o item Solução unificada de segurança de rede para possibilitar “Single Sign-on” (SSO) para os usuários identificados.

- 3.5.13. Permitir a restrição de acesso a canais específicos do Youtube, possibilitando configurar uma lista de canais liberado ou uma lista de canais bloqueados.
- 3.5.14. Permitir a definição de quais zonas de segurança terão aplicadas as regras de filtragem de web.
- 3.5.15. Permitir a inspeção de acesso a sites criptografados, observando o SNI dos domínios, sem a necessidade de interceptar o tráfego via decifração SSL.
- 3.5.16. Permitir a exceções de Sites confidenciais de categorias ao menos, saúde e financeiros, na interceptação do tráfego via decifração SSL.
- 3.5.17. Permitir aplicar a política de filtro de conteúdo baseada em horário do dia e dia da semana.

3.6. CARACTERÍSTICAS DE AUTENTICAÇÃO

- 3.6.1. Prover autenticação de usuários para os serviços/aplicações Telnet, FTP, HTTP e HTTPS, utilizando as bases de dados de usuários e grupos de servidores Windows e Unix, de forma simultânea.
- 3.6.2. Permitir a autenticação dos usuários utilizando servidores LDAP e AD.
- 3.6.3. Possuir integração com servidores de autenticação RADIUS, TACACS+, LDAP e Microsoft Active Directory.
- 3.6.4. Permitir autenticação e login único "SSO" em plataformas Terminal Server e Citrix.
- 3.6.5. Deve suportar SAML como método para autenticação na navegação de Internet e para VPN.
- 3.6.6. Permitir o cadastro manual dos usuários e grupos diretamente no NGFW por meio da interface de gerência remota do equipamento.
- 3.6.7. Permitir a integração com qualquer autoridade certificadora emissora de certificados X.509, inclusive verificando os certificados expirados/revogados, emitidos periodicamente pelas autoridades certificadoras, os quais devem ser obtidos automaticamente pelo NGFW.
- 3.6.8. Permitir o controle por usuário de plataformas Microsoft Windows 7, Windows 8 e Windows 10, em modo transparente, para todas as aplicações suportadas, de forma que ao efetuar o logon na rede, um determinado usuário só consiga acessar as aplicações permitidas pelo seu perfil, sem a instalação de softwares adicionais nas estações de trabalho e sem configuração adicional no browser.
- 3.6.9. Deve permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a internet para que antes de iniciar a navegação, expanda-se um portal de autenticação residente no NGFW ou externo.
- 3.6.10. Permitir aos usuários o uso de seu perfil independentemente do endereço IP da máquina que o usuário esteja utilizando.

- 3.6.11. Permitir a atribuição de perfil por faixa de endereço IP nos casos em que a autenticação não seja requerida.

3.7. CARACTERÍSTICAS DE ADMINISTRAÇÃO

- 3.7.1. Permitir a criação de perfis de administração distintos, de forma a possibilitar a definição de diversos administradores para o NGFW, cada um responsável por determinadas tarefas da administração.
- 3.7.2. Possuir mecanismo para aplicar remotamente, pela interface gráfica, correções e atualizações para o NGFW.
- 3.7.3. Possuir mecanismo para realizar remotamente, através de interface gráfica, cópias de segurança (backup) e restauração.
- 3.7.4. Permitir a visualização em tempo real de todas as conexões TCP e sessões UDP que se encontrem ativas através do NGFW e a remoção de qualquer uma destas sessões ou conexões.
- 3.7.5. Permitir a visualização, em forma gráfica, do percentual do uso de CPU e quantidade de tráfego de rede em todas as interfaces do NGFW em tempo real.
- 3.7.6. Permitir a visualização, em tempo real, das aplicações com maior tráfego e os endereços IPs mais acessados.
- 3.7.7. Deve suportar no mínimo dois tipos de negação de tráfego nas políticas de firewall: Drop sem notificação do bloqueio ao usuário (discard), Drop com notificação do bloqueio ao usuário (drop), Drop com opção de envio de ICMP Unreachable para máquina de origem do tráfego, TCP-Reset para o client, TCP-Reset para o server ou para os dois lados da conexão.

3.8. CONTROLE E BALANCEAMENTO INTELIGENTE DE APLICAÇÕES

- 3.8.1. A solução deve prover recursos de roteamento inteligente, definindo, mediante regras pré-estabelecidas, o melhor caminho a ser tomado para uma aplicação;
- 3.8.2. Deve ser possível criar políticas que definam os seguintes critérios para match:
 - 3.8.2.1. Endereços de origem;
 - 3.8.2.2. Grupos de usuários;
 - 3.8.2.3. Endereços de destino;
 - 3.8.2.4. DSCP.
- 3.8.3. Aplicação de camada 7 utilizada (O365 Exchange, AWS, Dropbox e etc).
- 3.8.4. A solução deverá ser capaz de monitorar e identificar falhas mediante a associação de health check, permitindo testes de resposta por ping, http, tcp/udp echo, dns, tcp-connect e twamp.
- 3.8.5. O firewall deverá analisar o tráfego em tempo real e realizar o

balanceamento dos pacotes de um mesmo fluxo (sessão) entre múltiplos links simultaneamente.

- 3.8.6. Deve possuir suporte ao MOS (Mean Opinion Score), para calcular a qualidade de chamadas de voz, considerando jitter, perda de pacote e codec utilizado.
- 3.8.7. Deverá ser permitida a criação de políticas de roteamento com base nos seguintes critérios: latência, jitter, perda de pacote, banda ocupada ou todos ao mesmo tempo.
- 3.8.8. Deve permitir a duplicação de pacotes entre dois ou mais links, de forma seletiva, objetivando uma melhor experiência de uso de aplicações de negócio.
- 3.8.9. A solução deve permitir a definição do roteamento para cada aplicação.
- 3.8.10. Diversas formas de escolha do link devem estar presentes, incluindo: melhor link, menor custo e definição de níveis máximos de qualidade a serem aceitos para que tais links possam ser utilizados em um determinado roteamento de aplicação.
- 3.8.11. Deve possibilitar a definição do link de saída para uma aplicação específica.
- 3.8.12. Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem.
- 3.8.13. Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem e destino.
- 3.8.14. Deve implementar balanceamento de link por peso.
 - 3.8.14.1. Nesta opção deve ser possível definir o percentual de tráfego que será escoado por cada um dos links.
 - 3.8.14.2. Deve suportar o balanceamento de, no mínimo, três links.
- 3.8.15. Deve implementar balanceamento de links sem a necessidade de criação de zonas ou uso de instâncias virtuais.
- 3.8.16. A solução deve possuir suporte a Policy based routing ou policy based forwarding.
- 3.8.17. Para IPv4, deve suportar roteamento estático e dinâmico (BGP e OSPF).
- 3.8.18. Suportas no mínimo 980 BGP Neighbor.
- 3.8.19. Deve possuir recurso de Qualidade de Serviço (QoS) com capacidade de Controle de Fila para mitigar perdas de pacotes causadas por congestionamento (buffering) e garantir a estabilidade das transmissões.
- 3.8.20. A solução deve permitir a priorização dinâmica e o controle de bandwidth (shaping e policing), ajustando o comportamento da fila para gerenciar o tráfego de forma eficiente e prevenir o descarte excessivo de pacotes.
- 3.8.21. Deve ser possível habilitar e aplicar políticas de QoS para tráfegos

específicos, permitindo a priorização de aplicações sensíveis à perda de pacotes e à latência (Ex: Voz sobre IP - VoIP e Vídeo Conferência).

- 3.8.22. Deve permitir a customização dos timers para detecção de queda de link, bem como tempo necessário para retornar com o link para o balanceamento após restabelecido.
- 3.8.23. Possuir conectores de SDN (Software-Defined Networking) com nuvens públicas e privadas, que permitam a troca de informações entre o equipamento de Acesso dedicado e as soluções de nuvens da CPTM.
 - 3.8.23.1. Esses conectores devem permitir que mudanças dinâmicas nos atributos do ambiente de nuvem sejam automaticamente atualizadas no Firewall como objetos de endereços os quais possam ser utilizados em políticas de Firewall.
- 3.8.24. Tipos de conectores exigidos:
 - 3.8.24.1. Conectores SDN Privados: Nutanix; Kubernetes; VMware ESXi; OpenStack;
 - 3.8.24.2. Conectores SDN Públicos: Google Cloud Platform (GCP); AliCloud; AWS; Microsoft Azure; Oracle Cloud Infrastructure (OCI).
- 3.8.25. Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como youtube, Facebook, etc), impactando no bom uso das aplicações de negócio, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deve ter a capacidade de controlá-las por políticas de shaping. Dentre as tratativas possíveis, a solução deve contemplar:
 - 3.8.25.1. Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de origem, endereço de destino, usuário e grupo de usuários, aplicações e porta;
 - 3.8.25.2. O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda garantida. Ex: banda mínima disponível para aplicações de negócio;
 - 3.8.25.3. O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda máxima. Ex: banda máxima permitida para aplicações do tipo best-effort/não corporativas, tais como Youtube, Facebook etc;
 - 3.8.25.4. Deve ainda possibilitar a marcação de DSCP, a fim de que essa informação possa ser utilizada ao longo do backbone para fins de reserva de banda;
 - 3.8.25.5. O QoS deve possibilitar a definição de fila de prioridade;
 - 3.8.25.6. Além de possibilitar a definição de banda máxima e garantida por aplicação, deve também suportar o match em categorias de URL, IPs de origem e destino, logins e portas;

- 3.8.25.7. A capacidade de agendar intervalos de tempo em que as políticas de shaping/QoS serão válidas é mandatória. Ex: regra de controle de banda mais permissivas durante o horário de almoço;
- 3.8.25.8. Deve possibilitar a definição de bandas distintas para download e upload.
- 3.8.26. A solução deve prover estatísticas em tempo real a respeito da ocupação de banda (upload e download) e performance do health check (packet loss, jitter e latência).
- 3.8.27. A solução deve suportar health check ativo, passivo e misto:
 - 3.8.27.1. Ativo: criação manual de health check, definindo o destino a ser medido e o protocolo;
 - 3.8.27.2. Passivo: uso do tráfego real para as medições;
 - 3.8.27.3. Misto: Passivo quando há tráfego do usuário e, na ausência dele, chaveamento para o método ativo.
- 3.8.28. A funcionalidade de controle e balanceamento inteligente de aplicações deve suportar IPv6.
- 3.8.29. Deve ser capaz de bloquear acesso às aplicações.
- 3.8.30. Deve suportar NAT dinâmico bem como NAT de saída.
- 3.8.31. Deve suportar balanceamento de tráfego por sessão e pacote.
- 3.9. FILTRO DE DADOS
 - 3.9.1. Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de vários tipos de arquivos (MS Office, PDF, etc) identificados sobre aplicações (HTTP, FTP, SMTP, etc).
 - 3.9.2. Suportar identificação de arquivos compactados ou a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos.
- 3.10. ESCALABILIDADE E ALTA DISPONIBILIDADE
 - 3.10.1. Cada unidade de firewall deve permitir e estar licenciada para utilização em Alta Disponibilidade com outra unidade do mesmo modelo.
 - 3.10.2. Deverá centralizar a administração de regras e políticas do cluster, usando uma única interface de gerenciamento.
 - 3.10.3. Deverá permitir que as políticas sejam aplicadas automaticamente a todos os membros do cluster, de modo que o administrador não precise definir configurações separadas para cada unidade firewall do cluster.
 - 3.10.4. O sincronismo dos servidores deve ser por interface de sincronização ou por interface de dados.
 - 3.10.5. O cluster não deverá derrubar as conexões existentes quando for aplicada uma nova política de segurança.

- 3.10.6. Deverão ser estruturados em cluster, de forma redundante, permitindo failover completo na ocorrência de falhas, suportando modo de operação ativo/ativo e ativo/passivo sem a necessidade de licenças adicionais.
 - 3.10.7. Os equipamentos devem ser entregues em configuração de alta disponibilidade e com todas as licenças necessárias para a configuração em modo ativo/ativo.
 - 3.10.8. Deverá possuir mecanismos de teste de link com o objetivo de fazer com que appliances do cluster fiquem offline se houver falha de link associado aquele appliance.
 - 3.10.9. O cluster deverá suportar failover de tráfego quando operando em modo ativo-ativo e ativo/passivo.
 - 3.10.10. O cluster deverá compartilhar todas as tabelas de estado das conexões, incluindo conexões autenticadas e de VPN, bem como o estado operacional de cada um dos componentes do cluster.
 - 3.10.11. Deve permitir o sincronismo de sessões entre diferentes cluster, geograficamente separados, com a mesma similaridade de serviços, garantindo que, em caso de falha em um Data Center, o segundo cluster preserve as sessões ativas stateful.
- 3.11. **ACESSÓRIOS E LITERATURAS TÉCNICAS (PARA CADA EQUIPAMENTO)**
- 3.11.1. Cabo para fonte de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T).
 - 3.11.2. Deve ser acompanhado de todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como: softwares, documentação técnica e manuais (podendo ser em CD-ROM, DVD ou via portal web) que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.

4. SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO - SWITCH - ITEM 2

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 4.1.1. O equipamento deve possuir dimensão adequada para instalação em rack padrão EIA 19 polegadas e ter altura máxima de 1 U (uma unidade de altura de rack).
- 4.1.2. Deve possuir memória não volátil (flash) para armazenamento do software interno e ter capacidade suficiente para comportar, no mínimo, duas imagens do sistema operacional simultaneamente, permitindo que seja realizado atualização de software e a imagem anterior seja mantida.
- 4.1.3. Deve ser fornecido com a versão mais recente (última versão comercial disponível) do software interno instalado.
- 4.1.4. Requisitos de Interfaces e performance mínimos:

Tipo	Acesso
Portas 1000BaseT	24
Portas PoE+	0
Porta SFP/SFP+	2
Porta Empilhamento 10gb	2
Total de Portas	28
Switching capacity (Gbps)	128
Packets Per Second (Mpps)	175

- 4.1.5. Deve permitir o funcionamento simultâneo de todas as portas, não será aceito portas do tipo "combo".
- 4.1.6. Detecção automática de velocidade (auto sense) nas portas.
- 4.1.7. Deve possuir uma porta console para gerenciamento.
- 4.1.8. Fonte de Alimentação:
 - 4.1.8.1. Deve possuir fonte de alimentação interna ao chassi, operando automaticamente em tensões de 110 VAC a 220 VAC e em frequência de 60 Hz.

4.2. FUNCIONALIDADES GERAIS

- 4.2.1. Deve implementar o armazenamento de, no mínimo, 16.000 endereços MAC.
- 4.2.2. Deve implementar quadros Ethernet extensos de, no mínimo, 9.000 bytes Jumbo frames).
- 4.2.3. Deve suportar até 4.000 VLAN IDs conforme o padrão IEEE 802.1Q.
- 4.2.4. Deve operar com latência igual ou inferior à 1us (microsegundo).
- 4.2.5. Deve implementar a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.
- 4.2.6. Deve implementar Spanning Tree Protocol (IEEE 802.1D), Rapid Spanning Tree Protocol (IEEE 802.1w) e Multiple Spanning Tree Protocol (IEEE 802.1s).
- 4.2.7. Deve implementar agregação de links conforme padrão IEEE 802.3ad com, no mínimo, 16 grupos, sendo 8 links agregados por grupo.
- 4.2.8. Deve implementar rotas estáticas.
- 4.2.9. Deve implementar IPv4/IPv6 em pilha dupla (dual stack).
- 4.2.10. Deve implementar o roteamento de camada 3 entre VLANs.
- 4.2.11. Deve implementar UDLD (Unidirectional Link Detection) ou DLDLP (Device Link Detection Protocol) ou recurse similar.

- 4.2.12. Deve implementar o protocolo IGMP (Internet Group Management Protocol) versões 1, 2 e 3.
- 4.2.13. Deve implementar IGMP snooping.
- 4.2.14. Deve possuir controle de broadcast e multicast por porta.
- 4.2.15. Deve implementar DHCP relay configurável por VLAN para IPv4.
- 4.2.16. Deve implementar DHCP Option 82.

4.3. FUNCIONALIDADES DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QoS)

- 4.3.1. Deve implementar, no mínimo, 4 (quatro) filas de prioridade per interface.
- 4.3.2. Deve implementar controle de fluxo de dados segundo o padrão IEEE 802.3x em full duplex.
- 4.3.3. Deve implementar, por porta, pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita (strict priority) e divisão de prioridade entre as demais filas de saída.
- 4.3.4. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame Ethernet {IEEE 802.1p CoS}.
- 4.3.5. Deve implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo "Differentiated Services Code Point" (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF.
- 4.3.6. Deve implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino e portas TCP e UDP de origem e destino.

4.4. FUNCIONALIDADES DE SEGURANÇA

- 4.4.1. Deve implementar mecanismos de autenticação, autorização e accounting (AAA) via RADIUS.
- 4.4.2. Deve controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados.
 - 4.4.2.1. Devem ser registrados no servidor AAA todos os comandos executados.
- 4.4.3. Deve implementar controle de acesso por porta, usando o padrão IEEE 802.1x (Port Based Network Access Control).
- 4.4.4. Deve implementar a autenticação 802.1x de múltiplos usuários conectados a uma única porta, atribuindo-os a VLANs distintas de acordo com o atributo RADIUS encaminhado na etapa da autenticação.
- 4.4.5. Na autenticação 802.1x, deve implementar funcionalidade que designe VLAN específica para o usuário quando: a estação não tem cliente 802.1x (suplicante) ou as credenciais do usuário não estão corretas (falha de autenticação).

- 4.4.6. Na autenticação 802.1x, deve implementar associação automática de VLAN da porta do switch através da qual o usuário requisitou acesso à rede.
- 4.4.7. Deve implementar controle de acesso por porta através do padrão IEEE 802.1X com assinalamento dinâmico de VLAN por usuário com base em atributos recebidos através do protocolo RADIUS.
- 4.4.8. Na autenticação 802.1x, deve ser possível definir, por porta, o intervalo de tempo para obrigar o cliente a se reautenticar (reautenticação periódica).
- 4.4.9. Deve implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino e portas TCP e UDP de origem e destino.
- 4.4.10. Deve implementar técnica de proteção contra os ataques de DHCP no caso de algum invasor assumir a funcionalidade de servidor de DHCP na rede.
- 4.4.11. Deve possuir proteção contra IP spoofing (IP source guard).
- 4.4.12. Deve implementar proteção de frames BPDUs (Bridge Protocol Data Units).
- 4.4.13. Deve implementar mecanismo de proteção da root bridge do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra os ataques do tipo Denial of Service na camada 2 (OSI).

4.5. FUNCIONALIDADES DE GERENCIAMENTO

- 4.5.1. Deve suportar o protocolo HTTPS para configuração e administração remota através de interface web.
- 4.5.2. Deve permitir upload de arquivo e atualização do firmware (software) do switch através da interface web (HTTPS).
- 4.5.3. Deve ser gerenciável via SNMP versões 1, 2 ou 2c e 3.
- 4.5.4. Deve implementar SSH versão 2.
- 4.5.5. Deve suportar gerenciamento MIB II.
 - 4.5.5.1. Deve possuir a descrição completa das MIBs implementadas no equipamento e as extensões privadas se as mesmas existirem.
- 4.5.6. Deve implementar gerenciamento RMON.
- 4.5.7. Deve implementar gerenciamento de tráfego de fluxo em Sflow, Netflow, IPFIX ou protocolo similar.
- 4.5.8. Deve implementar RADIUS CoA (Change of Authorization).
- 4.5.9. Deve suportar RADIUS Authentication e RADIUS Accounting através de IPv6.

- 4.5.10. Deve implementar o protocolo Syslog para funções de "logging" de eventos.
- 4.5.11. Deve implementar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou o protocolo SNTP (Simple Network Time Protocol).
- 4.5.12. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB Link Layer Discovery Protocol (LLDP) e sua extensão LLDP-MED, permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos.
- 4.5.13. Deve implementar o espelhamento de tráfego de uma porta para uma outra porta específica.
- 4.5.14. Deve suportar autenticação via RADIUS e TACACS+ para controle do acesso administrativo ao equipamento.
- 4.6. **ACESSÓRIOS E LITERATURAS TÉCNICAS (PARA CADA EQUIPAMENTO)**
 - 4.6.1. Deverá fornecer 1 (um) cabo console.
 - 4.6.2. Deverá fornecer 1 (um) cabo para fonte de alimentação de energia elétrica, padrão ABNT 14136 (2P+T).
 - 4.6.3. Deverá fornecer 1 (um) cabo de empilhamento através de interface SFP+ de, no mínimo, 50 (cinquenta) centímetros.
 - 4.6.4. Deverá fornecer 1 (um) conjunto (kit) para montagem em rack de 19 polegadas.
 - 4.6.5. Deverá fornecer 1 (um) conjunto de manuais técnicos, para cada equipamento, contendo todas as informações sobre o produto com as instruções para instalação, configuração e operação.
- 5. **SOLUÇÃO DE GERÊNCIA CENTRALIZADA DE FIREWALLS (APPLIANCE VIRTUAL) - ITEM 3**
 - 5.1. **REQUISITOS MÍNIMOS**
 - 5.1.1. A solução deve ser baseada em appliance virtual do mesmo fabricante da solução de NGFW e switches, e ter como objetivo gerenciar de modo centralizado todos os equipamentos a partir de uma única console de administração.
 - 5.1.2. Para appliance virtual, deve ser compatível com os hypervisors VMWare 6.5 e superiores, Hyper-V 2016 e superiores, e KVM.
 - 5.1.3. Deverá estar devidamente licenciada para:
 - 5.1.3.1. Gerenciar, no mínimo, 150 unidades (NGFW ou Sistemas Virtuais) dos equipamentos da solução de NGFW de forma simultânea;
 - 5.1.3.2. Não deverá existir limite de licenciamento para a expansão da memória RAM no appliance virtual;
 - 5.1.3.3. Não deverá existir limite de licenciamento para o número de vCPUs no appliance virtual.

- 5.1.4. Deve suportar o conceito de multi-tenancy visando permitir a gestão de ambientes independentes uns dos outros a partir da mesma solução.
- 5.1.5. Deve suportar vMotion com o intuito de possibilitar alta disponibilidade da máquina virtual a nível de servidor físico.

5.2. REQUISITOS GERAIS

- 5.2.1. A solução de gerência centralizada poderá ser composta de um ou mais appliances virtuais que permita gerenciamento dos NGFWs e devem ser instalados em infraestrutura existente de VM (Virtual Machine) da CPTM.
- 5.2.2. A CONTRATADA deve fornecer licenças de uso de todos os softwares que compõem a solução proposta, em suas versões mais recentes, sem previsão de descontinuidade, na data de entrega da proposta.
- 5.2.3. O sistema de gerenciamento centralizado de NGFWs deve suportar expansão, através da contratação de licenças de software, visando atender um crescimento do parque de dispositivos gerenciados de forma a atender necessidades de expansão das atividades que envolvem um aumento de dispositivos gerenciados, de usuários autenticados, dentre outros motivos.
- 5.2.4. Por questões de compatibilidade e operação eficiente do sistema, o software ofertado deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos que formam a toda solução de NEXT GENERATION FIREWALL.
- 5.2.5. O software de gerência deve ser fornecido com licença inicial para gerenciar, no mínimo, de forma a atender a quantidade de compra de Firewalls desta contratação, bem como em seus respectivos parâmetros de licenciamento, a quantidade mínima de NGFWs a serem gerenciados.
- 5.2.6. O software de gerência deve permitir o crescimento modular da sua capacidade, em número de dispositivos gerenciados, através de "Licenças Adicionais", de forma a atender a expansão prevista de acordo com o número de licenças especificadas neste documento.
- 5.2.7. O software de gerência deve permitir acesso através de qualquer browser via HTTP/HTTPS ou software exclusivo para tal, disponibilizado pelo fabricante.

5.3. ACESSÓRIOS E LITERATURAS TÉCNICAS PARA O APPLIANCE VIRTUAL

- 5.3.1. Deve ser fornecido todos os softwares operacionais sejam necessários para a solução de gerência CENTRALIZADA DE NGFW para INFRA de Máquina Virtual existente.

5.4. FUNCIONALIDADES GERAIS DA GERÊNCIA CENTRALIZADA DE FIREWALL

- 5.4.1. Deve ser uma solução capaz de gerenciar todo e qualquer Tipo de FIREWALL ofertados para esta contratação, especificados neste Termo de Referência em seu item 3 - CAMADA DE SEGURANÇA - ITEM 1.
- 5.4.2. O software de gerenciamento centralizado dos NGFW deve possibilitar:

- 5.4.2.1. A configuração, operação e manutenção (troubleshooting) dos elementos de segurança via interface de gerência;
- 5.4.2.2. Classificação dos elementos de segurança em grupos e, então, aplicar políticas de segurança específicas ao grupo, sendo que a distribuição destas políticas é feita de forma automática pelo sistema de gerenciamento.
 - a) O sistema também deve permitir a criação e aplicação de regras globais de segurança.
- 5.4.3. Deve suportar, sem custo adicional, a virtualização da gerência, segregando a gestão dos firewalls em contextos distintos. Deve suportar, pelo menos, a quantidade de firewalls registrados na gerência.
- 5.4.4. Rápida identificação e visualização gráfica dos elementos de segurança da rede.
- 5.4.5. Interface amigável (web ou não), que permita executar as ações de configuração e monitoração dos equipamentos e políticas de segurança (tabelas, gráficos, janelas etc).
- 5.4.6. A solução deverá oferecer uma API RESTful completa para integração de orquestração no NOC.
- 5.4.7. Acompanhamento e implementação de usuários, grupos de usuários, definição de políticas de acesso e monitoração do acesso.
- 5.4.8. Deve permitir diferentes perfis de gerenciamento RBAC, aplicando a segregação em diferentes perfis: ready only, ready write, políticas e motores de inspeções IPS.
- 5.4.9. Permitir criar scripts personalizados, que sejam executados de forma centralizada em um ou mais dispositivos gerenciados com comandos de CLI dos mesmos.
- 5.4.10. Possuir histórico dos scripts executados nos dispositivos gerenciados pela solução de gerência.
- 5.4.11. Deve permitir auto recuperação de configurações em caso de perda de comunicação entre os Firewalls e a gerência centralizada, durante aplicação de configurações.
- 5.4.12. Acompanhamento e implementação de operações tais como backup de configurações (regras), gerenciamento de modificações e análise de logs.
- 5.4.13. Monitoração do firewall em tempo real, de alertas de invasões, de análise de tráfego atípico, detecção de scans, spoofing, tentativas de autenticação fracassadas ou Denial of Service (DoS), etc.
- 5.4.14. Ações corretivas, relacionadas a eventos de emergência, tais como falhas no firewall, possíveis intrusões que comprometam a política de segurança da CPTM, ou ainda uma não resposta do firewall.

- 5.4.15. Emissão de relatórios de ataques e/ou configurações.
- 5.4.16. O uso de criptografia entre a plataforma de gerenciamento e os firewalls, para comunicação, configuração e gerência.
- 5.4.17. Visualização do status atual dos firewalls, tarefas pendentes e mensagens de log de forma central em tempo real, além dos relatórios gráficos dos firewalls e atividades da rede por firewall.
- 5.4.18. A recuperação de backup num evento de falha ou erros na configuração e/ou implementação da política de segurança dos firewalls.
- 5.4.19. Fornecimento de relatórios gráficos do firewall e atividades de rede, além de dados históricos e em tempo real, oferecendo uma visão das ocorrências na rede.
- 5.4.20. Monitoração de processos em tempo real, ou seja, da utilização da unidade central de processamento (CPU) do firewall e/ou de processos.
- 5.4.21. Monitoração, em tempo real, dos tráfegos detectados como: acessos web, aplicações, IPS, vírus, spyware e/ou VPN.
- 5.4.22. As medições de taxa de ocupação do link, latência, Jitter e descarte de pacotes deverão ser visíveis na solução de gerência.
- 5.4.23. Permitir acesso concorrente de administradores.
- 5.4.24. Deve permitir aplicar políticas para o uso de senhas para administradores de plataforma, como tamanho mínimo e caracteres permitidos.
- 5.4.25. Possuir interface baseada em linha de comando ou web para administração da solução de gerência.
- 5.4.26. Bloquear alterações no mesmo item, no caso acesso simultâneo de dois ou mais administradores.
- 5.4.27. Definição de perfis de acesso à console com permissões granulares como:
 - 5.4.27.1. Acesso de escrita;
 - 5.4.27.2. Acesso de leitura;
 - 5.4.27.3. Criação de usuários e/ou alteração de configurações.
- 5.4.28. Gerar alertas automáticos via Email.
- 5.4.29. Gerar alertas automáticos via SNMP.
- 5.4.30. O gerenciamento deve possibilitar a criação e administração de políticas de NGFW e controle de aplicação.
- 5.4.31. O gerenciamento deve possibilitar a criação e administração de políticas de IPS, Antivírus e Anti- Spyware.

- 5.4.32. O gerenciamento deve possibilitar a criação e administração de políticas de Filtro de URL e Filtro de DNS.
- 5.4.33. Deve possuir a funcionalidade de workflow na criação de regras para todos os Firewalls, garantindo, o modelo de boas práticas de gestão controlada para definição de novas regras e aprovação por equipes de compliance distintas.
- 5.4.34. Deve permitir usar palavras chaves ou cores para facilitar identificação de regras.
- 5.4.35. Permitir localizar quais regras um objeto está sendo utilizado.
- 5.4.36. Deve permitir criar regras de NAT64 e NAT46 de forma centralizada.
- 5.4.37. Permitir criar, a partir da solução de gerência, VPNs entre os dispositivos gerenciados de forma centralizada, incluindo topologia (hub, spoke, dial-up), autenticações, chaves e métodos de criptografia.
- 5.4.38. Permitir criação de regras que fiquem ativas em horário definido.
- 5.4.39. Permitir criação de regras com data de agendamento e/ou expiração.
- 5.4.40. Permitir configurar e visualizar balanceamento de links nos dispositivos gerenciados de forma centralizada.
- 5.4.41. Permitir backup das configurações e rollback de configuração para a última configuração e/ou backup salvo.
- 5.4.42. Deve possuir mecanismo de Validação das políticas, avisando quando houver regras que, ofusquem ou conflitem com outras (shadowing).
- 5.4.43. Deve permitir que todos os firewalls sejam controlados de forma centralizada utilizando apenas um servidor de gerência.
- 5.4.44. Um sistema de backup/restore de todas as configurações da solução de gerência deve estar incluso e deve permitir ao administrador agendar backups.
- 5.4.45. Deve ser permitido ao administrador fazer download dos backups armazenados na ferramenta de gerenciamento.
- 5.4.46. Cada appliance de gerência deve ser hospedado em um equipamento independente, não exercendo funções de firewall.
- 5.4.47. A solução deve incluir uma ferramenta para gerenciar centralmente as licenças de todos os appliances controlados pela estação de gerenciamento, permitindo ao administrador atualizar licenças nos appliances através dessa ferramenta.
- 5.4.48. A solução deve possibilitar a distribuição e instalação remota, de novas versões de software dos appliances.
- 5.4.49. Deve ser permitido aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de contas de usuários LOCAIS.

- 5.4.50. Deve ser permitido aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de usuários de base externa LDAP.
- 5.4.51. Deve ser permitido aos administradores se autenticarem nos servidores de gerência através de base externa RADIUS.
- 5.4.52. Deve suportar sincronização do relógio interno via protocolo NTP.
- 5.4.53. Deve registrar login ou tentativa de login de qualquer usuário.
- 5.4.54. Logs de auditoria para configurações de regras e objetos devem ser visualizados em uma lista diferente da que exibe os logs relacionados a tráfego de dados.
- 5.4.55. Devem ser fornecidos manuais de instalação, configuração e operação de toda a solução, na língua portuguesa ou inglesa, com apresentação de boa qualidade.
- 5.4.56. Os manuais podem ser fornecidos de forma impressa ou virtual.
- 5.4.57. O fornecimento virtual dos manuais pode ser feito através de mídia física, e-mail ou site oficial do fabricante.
- 5.4.58. Suportar SNMP versão 2 e versão 3 ou possibilitar o gerenciamento via hypervisor nos equipamentos de gerência.
- 5.4.59. Permitir visualizar, a partir da estação de gerência centralizada, informações detalhadas dos dispositivos gerenciados, tais como licenças, horário do sistema e firmware.
- 5.4.60. Permitir criar os objetos que serão utilizados nas políticas de forma centralizada.
- 5.4.61. Permitir centralização de comunicação dos Firewalls e a base de repositório de assinaturas, utilizando o gerenciador como ponto único para: distribuição de atualizações de software, assinaturas, ciclo de vida e contratos com o fabricante.
- 5.4.62. Deve permitir especificar quais os endereços IPs têm acesso à interface de administração e gerência.
- 5.4.63. Deve suportar a configuração Master / Slave de alta disponibilidade em camada 3, de pelo menos 3 appliances.

6. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO - ITEM 4

6.1. GESTÃO CENTRALIZADA

- 6.1.1. Deployment da gestão centralizada virtualizada em máquina virtual fornecida pela CONTRATADA.
- 6.1.2. Adição dos equipamentos de segurança.
- 6.1.3. Configuração de domínios administrativos para controle de políticas.
- 6.1.4. Configuração de gerenciamento avançado de políticas com adição de meta-objetos.

- 6.1.5. Implementação de políticas de acesso condicional conforme perfil de usuários.
- 6.1.6. Habilitação de funcionalidades para aplicação de patches e atualizações de firmwares.
- 6.1.7. Habilitar funcionalidades de auditoria detalhadas de atividades administrativas e conformidade.
- 6.1.8. Configurações de metodologias de controle de mudanças, versões e fluxo de trabalho para aprovação de mudanças.

6.2. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.2.1. Entende-se por instalação a montagem física dos equipamentos e acessórios fornecidos, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos, de acordo com o cenário requerido pela CPTM.
- 6.2.2. São de responsabilidade da CONTRATADA a instalação física, a configuração lógica e os testes de pré-operação dos produtos, conforme os requisitos e condições descritos neste Termo de Referência.
- 6.2.3. A CPTM providenciará a infraestrutura elétrica e a infraestrutura de dados nos locais de instalação dos produtos.
- 6.2.4. O serviço de Instalação deverá ser executado pela CONTRATADA durante o horário comercial compreendido das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, devendo eventualmente, atender à CPTM em finais de semana e feriados para atendimento ou acompanhamento de implementações que necessitem ser executados nestes horários, cabendo à CPTM informar tais atendimentos à CONTRATADA, antecipadamente, e de comum acordo entre as partes.
- 6.2.5. Caberá a CONTRATADA todo o processo de planejamento, a instalação, a configuração, a integração, os testes, a migração e a compatibilidade dos produtos, junto com o fabricante da solução, que deverão ser integrados à infraestrutura de Tecnologia de Informação existente no local de instalação dos produtos.
- 6.2.6. Caberá a CONTRATADA, a obrigatoriedade de instalar e configurar, a critério exclusivo da CPTM, as atualizações e correções de todos os softwares e firmwares fornecidos.
- 6.2.7. Após a assinatura do instrumento contratual, e até a entrega dos produtos, serão realizadas reuniões preparatórias, nas dependências da CPTM, com a presença de integrantes da equipe técnica da CONTRATADA, da qual se lavrará Ata, para permitir o acompanhamento criterioso da execução do objeto.
- 6.2.8. A CONTRATADA, na data da 1ª reunião de acompanhamento da execução do contrato, a ser definida pela CPTM, após a assinatura do contrato, deverá apresentar sua equipe de trabalho.
- 6.2.9. A equipe técnica da CONTRATADA que irá executar a instalação e

deverá trabalhar sob orientação e supervisão direta do profissional responsável pela coordenação das atividades de implantação.

- 6.2.10. A CONTRATADA, depois de concluído o serviço de instalação dos produtos, deverá realizar, com o acompanhamento dos técnicos da CPTM, testes de pré-operação para constatar que os produtos foram instalados de acordo com o cenário requerido pela CPTM.
- 6.2.11. Todos os instrumentos/equipamentos necessários para a execução do serviço e testes de aceitação do serviço serão fornecidos pela CONTRATADA.
- 6.2.12. A CONTRATADA deverá manter, durante a fase de implantação, a equipe técnica disponível para eventuais serviços executados fora do horário de expediente sem ônus adicional para a CPTM, quando necessário e solicitado pela equipe da CPTM, ou quando for necessário executar qualquer atividade que possa interferir no funcionamento da rede existente no local da instalação.
 - 6.2.12.1. Caso o serviço tenha que ser executado fora do horário de expediente deverá ser comunicado à CONTRATADA com antecedência mínima de 48 horas.
- 6.2.13. A CONTRATADA deverá elaborar e manter, no local de serviço, Relatório de Instalação (RI), em formulário timbrado próprio da CONTRATADA, com registros das ordens de serviço, anotações de irregularidades encontradas e de todas as ocorrências relativas à execução do contrato, o qual será feito na periodicidade definida pela fiscalização da CPTM, em 2 (duas) vias, sendo a primeira para uso da CPTM e a segunda para a CONTRATADA, devendo ser assinado conjuntamente pelo representante da CONTRATADA e pela fiscalização da CPTM.
- 6.2.14. Quando aprovado o funcionamento de todos os produtos, tendo como base os itens do RI para cada produto, esses produtos deverão ser considerados instalados e aptos a serem utilizados.
 - 6.2.14.1. Isso deverá ser confirmado pelo nome, matrícula, data e assinatura do representante técnico da CPTM no RI.
- 6.2.15. Quando não aprovado o funcionamento de qualquer produto, a CONTRATADA deverá anotar no RI as ocorrências e suas origens, tomar toda e qualquer providência necessária para resolvê-las, sem gerar ônus adicional à CPTM e sem prejudicar o tempo previsto de instalação.
- 6.2.16. O RI não isenta a CONTRATADA das responsabilidades sobre o pleno funcionamento dos produtos, o qual deverá ser estendido ao longo de todo o período de garantia.
- 6.2.17. A falta de instalação completa de um ou mais produtos constitui-se em motivo de suspensão de todos os compromissos financeiros, vinculados ao evento de instalação de produtos correspondente, enquanto perdurar a instalação incompleta.

- 6.2.18. Concluídos a instalação e os testes de funcionalidade, a CONTRATADA, deve elaborar a Documentação Técnica da Instalação contendo todas as informações da implantação: aspectos de arquitetura implantada, configuração, descrição das características e recursos utilizados, testes e integração aos ambientes de redes locais da instalação.
- 6.2.19. A responsabilidade pela efetiva execução dos serviços perante a CPTM será da CONTRATADA.
- 6.2.20. A documentação deverá ser emitida com timbre da CONTRATADA e deverá conter o nome, data e assinatura do responsável técnico da CONTRATADA.
- 6.2.21. A documentação deverá ser entregue em via impressa e em meio digital.
- 6.2.22. A documentação será validada pela equipe técnica da CPTM e do Fabricante da solução ofertada.
- 6.2.23. Toda informação manuseada durante a instalação, configuração e testes são de uso exclusivo e restrito da CPTM.
 - 6.2.23.1. A CONTRATADA deverá assumir compromisso de manter em sigilo, bem como não fazer uso indevido de qualquer configuração do ambiente e informações prestadas por funcionários da CPTM e quaisquer outras informações pertencentes à CPTM.

7. TREINAMENTO - ITEM 5

- 7.1. O objetivo do treinamento é aprimorar e habilitar os administradores da CPTM a configurar, operar, administrar e gerenciar todos os produtos especificados neste Termo de Referência.
- 7.2. A CONTRATADA obriga-se a realizar transferência de conhecimento com exposições práticas e teóricas das funcionalidades da solução, conforme a versão mais recente disponibilizada.
- 7.3. A CONTRATADA deverá informar a CPTM a carga horária necessária ao repasse de conhecimento bem como seu conteúdo programático.
- 7.4. Caso a CPTM entenda ser necessário alguma abordagem diferenciada no repasse de conhecimento, solicitará à CONTRATADA adequação no conteúdo programático.
- 7.5. A capacitação deverá abranger o conhecimento necessário para a operação das soluções implantadas, conforme às necessidades da CPTM.
- 7.6. A capacitação técnica provida deverá estar de acordo com a utilização da solução no ambiente da CPTM.
 - 7.6.1. Todos os componentes da solução necessários para a operação no ambiente da CPTM devem ser abordados.
- 7.7. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de material didático específico, em quantidade suficiente para todos os treinandos.

- 7.8. A CPTM deverá formalizar junto à CONTRATADA, com até 5 (cinco) dias de antecedência, a relação nominal dos participantes.
- 7.9. O treinamento deverá ser realizado nas dependências da CPTM ou através de vídeo chamada.
- 7.10. A CONTRATADA deverá alocar profissionais de comprovada experiência técnica e didática para ministrar os treinamentos preferencialmente na língua portuguesa.

8. EQUIPE DE TRABALHO


- 8.1. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro de funcionários pelo menos 02 (dois) técnicos de TI capacitados no Fabricante dos produtos na solução ofertada.
- 8.2. Os serviços de instalação deverão ser executados e/ou supervisionados por técnico certificado pelo Fabricante dos produtos na solução proposta.
- 8.3. A CONTRATADA deverá apresentar a relação nominal dos profissionais, explicitando as respectivas atribuições na execução dos serviços.
 - 8.3.1. Para comprovar a qualificação exigida, deverão ser anexados os certificados técnicos dos referidos profissionais, emitidos pelo Fabricante dos produtos ou uma Entidade Certificadora credenciada do Fabricante.
- 8.4. Caso seja constatada, durante o exercício dos serviços contratados, a falta de qualificação ou inadequação do profissional da CONTRATADA, a mesma deverá proceder a sua imediata substituição a partir da solicitação da CPTM.

9. PRAZOS

- 9.1. A instalação e configuração da Gerência Centralizada de Firewalls neste documento serão instalados no âmbito do Estado de São Paulo na seguinte região: Região Metropolitana de São Paulo.
- 9.2. A instalação dos produtos deve ter início, no máximo, até 15 (quinze) dias após a entrega dos equipamentos.
- 9.3. A instalação dos produtos contratados deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da solicitação pela CPTM.
- 9.4. A CONTRATADA deverá entregar a Documentação Técnica da Instalação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a conclusão da instalação, configuração e testes de pré-operação dos produtos.
- 9.5. A CONTRATADA obriga-se, sem ônus adicional à CPTM, a fornecer a versão mais recente dos equipamentos, softwares e firmwares que estejam sendo comercializados no mercado na data da assinatura do contrato.

10. ANEXOS

- 10.1. Norma Implementadora NI.01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras nas Dependências da CPTM.

 CPTM	NORMA IMPLEMENTADORA	Página: 1/10
Classificação: 01 - GESTÃO EMPRESARIAL		Nº NI.01/011
TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS NAS DEPENDÊNCIAS DA CPTM		Versão:03

1. FINALIDADE

Estabelecer critérios relativos à inclusão nos Termos de Referência - TR, de cláusulas contratuais relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho e segurança operacional de terceiros que atuem em suas dependências ou em local previamente convencionado em contrato, bem como, definir responsabilidades inerentes à execução, fiscalização e gestão destas condições durante a realização dos serviços e obras.

2. DISTRIBUIÇÃO

Todas as áreas da CPTM.

3. VIGÊNCIA

Este Instrumento Normativo entra em vigor 02 (dois) dias após a data de sua publicação.

4. DEFINIÇÕES

As expressões utilizadas neste Instrumento Normativo podem ser consultadas na Intranet em Menu/Administração/Sistema de Documentos Regulatórios/Glossário.

5. DIRETRIZES

5.1. Gerais

a.) Cabe à CPTM:

1. Apresentar diretrizes que devem ser cumpridas ao longo da prestação dos serviços ou da implantação de obras e equipamentos, por Contratadas, Supervisoras e Gerenciadoras, em relação à Saúde e Segurança do Trabalho de terceiros que atuem em suas dependências ou em local previamente convencionado em contrato.
2. Garantir e fiscalizar que a execução dos serviços ou obras sejam realizados com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM.

b.) Cabe à empresa contratada:

1. Para a realização dos serviços ou obras, executar, obrigatoriamente, as atividades com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM.
2. Antes do início dos trabalhos, apresentar documentos, conforme previsto em contrato, que comprovem que a contratada cumpre integralmente as Normas Regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho e normas internas da CPTM.
3. Nos casos de subcontratação, a contratada deverá se responsabilizar pela realização dos serviços ou obras com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM e, em especial, ao conteúdo desta Norma Implementadora.
4. Adotar medidas internas ou externas aos locais de trabalho visando eliminar qualquer possibilidade de riscos de acidentes.
5. As empresas da Indústria da Construção, deverão comunicar os serviços/obras à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT do Ministério do Trabalho e Previdência

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

conforme requisito da alínea “b” do item 18.3.1 – Comunicação Prévia da Obra da NR 18;

6. Instalar placas de sinalização ou de comunicação, relativas à Saúde e Segurança, do Trabalho, de acordo com os Procedimentos Operacionais da CPTM.

- c.) Compete à Supervisora, além do acompanhamento de execução do objeto contratado, a verificação documental exigida para cumprimento de Normas Regulamentadoras, bem como, acompanhamento de campo do cumprimento das exigências relacionadas a Saúde e segurança do trabalho, reportando ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade observada.
- d.) Compete à Gerenciadora acompanhar o andamento geral dos serviços ou obras em andamento, com planilhamento de informações, que subsidiem decisões da administração da CPTM.

5.2. Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho que devem constar nos termos de referência / contratos

5.2.1. Do Programa de Trabalho

- a.) A Contratada deve:
1. Responsabilizar-se para que os serviços ou obras sejam executados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, destinadas à Saúde e Segurança do Trabalho e demais disposições estabelecidas por legislação federal, estadual, municipal e instrumentos normativos de órgãos técnicos oficiais.
 2. Manter um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado no órgão fiscalizador, sempre que suas características assim o exigir.
 3. Deve indicar um profissional responsável pelo serviço especializado, para entendimentos com a CPTM, apresentando o respectivo comprovante de recolhimento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.
 4. Na desobrigatoriedade legal de exigência do SESMT, cujos serviços envolvam riscos ambientais (físicos / químicos / biológicos / ergonômicos e de acidentes), designar um responsável técnico, com o devido recolhimento de ART para os assuntos de Saúde e Segurança do Trabalho a serem praticados nas dependências da CPTM.
 5. Deve obedecer às determinações da segurança operacional no tocante ao acesso às áreas operacionais ou de tráfego de trens.
- b.) As recomendações da CPTM devem ser registradas, prontamente acatadas e implementadas sob inteira responsabilidade e ônus da Contratada.

5.3. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA

- a.) A contratada:
1. Deve manter uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio de acordo com os requisitos constantes na NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio.
 2. Caso seja uma Empresa da Indústria da Construção, deve manter uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio de acordo com a NR 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.
 3. Deverá apresentar no início dos serviços (ou disponibilizar para a fiscalização), as atas de eleição, instituição e posse da CIPA, juntamente com o calendário anual de reuniões

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

ordinárias e manter cópias das atas, devidamente assinadas, para eventual fiscalização.

4. Nos casos em que a contratada possuir 05 (cinco) ou mais empregados atuantes na CPTM, e não for atendida por SESMT próprio (nos termos da NR 4) ou na desobrigatoriedade legal da exigência da CIPA, deverá indicar um representante entre estes empregados, que esteja devidamente treinado, para auxiliar na execução das ações de prevenção em segurança e saúde no trabalho e cumprir os objetivos da NR 5.
5. Deverá encaminhar para o gestor do contrato as demandas que interferem nas condições de operacionalidade da CPTM apresentadas pela CIPA para avaliação e deliberação.

5.4. Do Plano de Trabalho

As empresas contratadas devem apresentar previamente ao início dos serviços um Plano de Trabalho contendo, no mínimo, etapas da obra/serviço e aspectos de saúde e segurança do trabalho para cada fase, APR (Análise Preliminar de Risco) além da declaração de atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (conforme estabelecido na legislação vigente), os seguintes itens:

5.4.1. Programa de Gestão de Riscos Ocupacionais - PGR

- a.) A contratada deve apresentar à CPTM, o PGR, elaborado nos moldes na NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
- b.) As contratadas da Indústria da Construção, além da apresentarem o PGR, devem atender as exigências específicas previstas na NR 01 e requisitos da NR 18.

5.4.2. Ordens de Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

- a.) A emissão de Ordens de Serviço de Saúde e Segurança no Trabalho, deve obedecer aos termos da NR 01 contendo instruções quanto às precauções para evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, objetivando:
 1. Informar os riscos ocupacionais que existam ou possam originar-se nos locais de trabalho e os meios para prevenir e controlar tais riscos;
 2. Orientar quanto à realização das tarefas e atividades de modo seguro e saudável;
 3. Definir procedimentos para casos de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
 4. Informar os procedimentos a serem adotados em situação de emergência;
 5. Divulgar aos empregados as obrigações e proibições durante a execução dos trabalhos;
 6. Informar sobre a possibilidade de punição pelo descumprimento das Ordens de Serviços de Saúde e Segurança no Trabalho expedidas e divulgadas;

5.4.3. Capacitação e Treinamentos em Segurança e Saúde no Trabalho

- a.) A contratada deve promover, conforme estabelece os requisitos nas NR's, capacitação e treinamento dos trabalhadores, nas funções e atividades que exijam empregados com habilitação específica obrigatória por lei, e disponibilizar para a CPTM e/ou fiscalização, cópias da documentação comprobatória.
- b.) A contratada que optar pela realização das capacitações por meio das modalidades de ensino a distância ou semipresencial deverá observar os requisitos constantes na NR 01 e em seu Anexo II, e disponibilizar para a CPTM e/ou fiscalização, cópias de toda a

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

documentação que comprove o atendimento dos requisitos do dispositivo regulamentador.

5.4.4. Equipamentos de Proteção Individual – EPI

- a.) Cabe a Contratada fornecer aos seus empregados EPI's adequados aos riscos de cada atividade, dentro do que determina a NR 6 da Portaria 3.214/78 do MTE, bem como obrigar e fiscalizar o respectivo uso.
- b.) Os empregados em serviço devem estar devidamente uniformizados, portando crachás de identificação e usando os EPI's necessários. Caso contrário, não é permitido sua permanência no local do trabalho. Para atividades noturnas e em túneis deve haver iluminação adequada.
- c.) Para trabalhos ao longo da via, o uniforme deverá possuir características de visualização a longa distância, ou ser utilizado colete reflexivo. A Contratada deve manter registro da entrega e devolução dos EPI's aos seus empregados, para efeito de fiscalização do SESMT da CPTM e Superintendência Regional do Trabalho.
- d.) No plano de trabalho deve constar a relação de EPI's EPC's a serem utilizados durante a execução dos serviços / obra.
- e.) No Programa de Gerenciamento de Riscos da Indústria da Construção deve constar a relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas respectivas especificações técnicas, de acordo com os riscos ocupacionais existentes conforme estabelece a alínea e do item 18.4.3 da NR 18.

5.4.5. Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC

- a.) Cabe à Contratada fornecer aos seus empregados EPC's adequados aos riscos de cada atividade, dentro do que determina as Normas Regulamentadoras da Portaria 3.214/78 do MTE, bem como obrigar e fiscalizar o respectivo uso.
- b.) Os empregados devem ser treinados quanto ao uso corretos dos equipamentos de proteção coletivas.
- c.) No plano de trabalho deve constar a relação de EPC's a serem utilizados durante a execução dos serviços / obra.
- d.) No Programa de Gerenciamento de Riscos da Indústria da Construção, conforme item 18.4.3 da NR 18 deve conter:
 - 1. Projetos dos sistemas de proteção coletiva elaborados por profissional legalmente habilitado;
 - 2. Projetos dos Sistemas de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável, elaborados por profissional legalmente habilitado.

5.4.6. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

- a.) O PCMSO apresentado pela contratada deve ser elaborado nos moldes da NR 7, sendo específico para o respectivo contrato de prestação de serviços, e atualizado ao longo do período contratual.
- b.) No PCMSO devem constar, obrigatoriamente: relatório anual discriminado por setores da empresa relacionados ao contrato, número e natureza dos exames médicos, avaliações clínicas e exames complementares, estatística de resultados considerados anormais, bem como planejamento para o próximo ano, visando evidenciar ou atestar a realização dos exames necessários ao desenvolvimento do programa.

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

- c.) Todas as folhas do PCMSO devem ser visitadas pelo médico responsável pela elaboração e implementação do Programa.
- d.) O documento pode ser entregue em formato eletrônico, provido de assinatura com certificação digital, ou impresso assinado e com todas as folhas visitadas pelo médico responsável pela elaboração e implementação do Programa.
- e.) A contratada que se enquadre como MEI, ME, EPP e graus de risco 1 e 2, que não identificar exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, fica dispensada da obrigatoriedade de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, conforme item 1.8.6. da NR 01.
- f.) A dispensa do PCMSO não desobriga a empresa da realização dos exames médicos e emissão do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, conforme item 1.8.6.1 da NR 01.
- g.) É obrigatória a emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional nos seguintes casos: admissão, periódico, mudança de riscos ocupacionais, retorno ao trabalho ou demissão do empregado. O processo deve contar com as seguintes etapas:
1. Realizar exames complementares compatíveis com a natureza dos riscos a que estão expostos os empregados que prestarão serviços.
 2. Realizar exame clínico avaliando os resultados dos exames complementares e a compatibilidade com os trabalhos a serem executados, bem como qualquer outra doença ou condição pré-existente.
 3. Entregar cópia do ASO de cada empregado que atue nas dependências da CPTM.
 4. Observar a periodicidade do exame médico e complementar, conforme estabelecido no PCMSO, e entregar os ASO atualizados.
 5. Manter cópia do ASO no local de prestação do serviço para efeito de fiscalização pelos órgãos públicos competentes ou SESMT da CPTM.
- 5.4.7. Ficha de informação de Produtos Químicos – FISPQ
- a.) A contratada deve manter disponível no local de trabalho e à disposição de todos os trabalhadores, as FISPQ's dos produtos químicos por ela utilizados.
- b.) Cabe a Contratada implementar medidas de controle de riscos previstas na FISPQ's e orientar os empregados no que se refere às ações em situações de emergência.
- 5.4.8. Ocorrência de Acidente de Trabalho
- a.) Quando da ocorrência de acidente de trabalho, a Contratada deve emitir Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, conforme prevê a legislação e enviar cópia ao Gestor do Contrato. Na sequência devem ser providenciadas; a CAT, relatórios sobre encaminhamentos realizados, relatório de análise de acidente do trabalho e cópia da ata de reunião extraordinária da CIPA;
- b.) Casos de acidentes graves ou fatais devem ser imediatamente comunicados ao Gestor do contrato;
- c.) Os casos de acidentes do trabalho com óbito, emitir e protocolar a Comunicação de Acidente do Trabalho com Óbito - CTO na SRTE – Superintendência Regional de Trabalho e Emprego, conforme legislação encaminhando cópia dos protocolos ao Gestor do contrato.
- 5.4.9. Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho
- a.) A Contratada deve:

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

1. Manter as áreas de trabalho e armazenamento em condições de limpeza, higiene, organização e segurança, observando:
 - Locais para passagem e trânsito de usuários da CPTM, terceiros e colaboradores claramente definidos, sinalizados, desobstruídos e seguros.
 - Locais apropriados e sinalizados para armazenagem/depósito de produtos/materiais.
 - Armazenamento adequado e sinalizado para produtos combustíveis e líquidos inflamáveis, conforme Normas Regulamentadoras 20 e 26.
 - Espaço designado e sinalizado para descarte de lixo ou resíduos.
 - Preservar os materiais de sua propriedade ou da CPTM, distribuídos ao longo das frentes de serviço, no sentido de evitar acidentes e/ou transtorno ao tráfego.
 2. Realizar o transporte de empregados em veículos apropriados e isentos de riscos.
 3. Disponibilizar aos empregados que atuam nas dependências da CPTM recursos de sanitários e vestiários, conforme NR 24.
 4. disponibilizar, quando solicitado pela CPTM, o Laudo Ergonômico, visando atender a fiscalização dos órgãos competentes, conforme NR 17.
- b.) A Contratada da Indústria da Construção Civil deverá atender aos requisitos da NR 18 e demais NR's.
- 5.4.10. Laudos**
- a.) Para atividades que envolvam riscos com energia elétrica, inflamáveis e/ou agentes insalubres, a contratada deve apresentar os respectivos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade.
- 5.4.11. Paralisação dos Serviços**
- a.) O não cumprimento, por parte da Contratada, das recomendações decorrentes das fiscalizações pode acarretar na interrupção ou cancelamento dos trabalhos ficando a Contratada sujeita às penalidades estabelecidas em contrato ou legislação vigente.
- b.) Se constatadas transgressões à legislação ou risco iminente à saúde e segurança dos empregados, cabe a Contratada prontamente corrigir ou restabelecer as condições adequadas, sem as quais os trabalhos não são reiniciados.
- c.) Os custos de paralisação das obras/serviços, no que se refere a segurança do trabalho, correm por conta da Contratada.
- 5.4.12. Plano de Atuação em Situações de Emergência**
- a.) Deve ser apresentado um Plano de Atuação em Situações de Emergência devendo conter telefones e endereços de serviços de saúde para eventuais atendimentos aos acidentados, bem como, grau de risco identificado e ações a serem adotadas pelos envolvidos.
- 5.4.13. Plano de Movimentação de cargas (Plano de Rigging).**
- a.) Deve ser apresentado o Plano de Movimentação de cargas (documento de planejamento de movimentação, transporte e içamento de cargas utilizando um guindaste fixo ou móvel, no qual deverão ser analisados as condições de risco do local).
- b.) Esse plano tem como objetivo garantir a segurança dos trabalhadores envolvidos nas atividades, prevenir acidentes e minimizar riscos.

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

5.4.14. Comprovação Documental

- a.) As empresas contratadas devem apresentar documentos comprobatórios dos itens constantes do Plano de Trabalho, exceto para os itens 5.4.7, 5.4.8 e 5.4.9 desta norma, que deverão ser apresentados em data posterior, de comum acordo com o gestor.

5.5. Responsabilidades**5.5.1. Área Solicitante**

- a.) Prever no TR os aspectos de saúde e segurança trabalho e segurança operacional que devem constar nos Contratos.
- b.) Definir padrão de trabalho a ser seguido pela Contratada, prevendo horários adequados à realização dos serviços, visando minimizar interferências na operação.
- c.) Incorporar ao TR, informações adequadas às especificidades dos serviços, obras ou montagens, de forma a garantir que os contratos contenham cláusulas referentes a saúde e segurança do trabalho e segurança operacional.
- d.) Providenciar encaminhamento do TR, à Gerência de Contratações e Compras - GFC para início do processo licitatório.
- e.) Após assinatura do Contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, o plano de trabalho apresentado pela Contratada deve ser verificado, observando as cláusulas incluídas no TR / Contrato, constantes desta Norma.

5.5.2. GFC – Gerência de Contratações e Compras

- a.) Viabilizar a inclusão das cláusulas relativas à segurança trabalho e segurança operacional nos instrumentos contratuais e no decorrer do processo licitatório, conforme previstos no TR.

5.5.3. Gestor/Preposto

- a.) Assegurar que os inícios dos serviços contratados sejam realizados após a empresa contratada apresentar os documentos que comprovem o cumprimento integral das Normas Regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho e normas internas da CPTM.
- b.) Com base no objeto do contrato, validar as etapas da obra/serviço descritos no Plano de Trabalho, enviando para a Segurança do Trabalho e ou Supervisoras e/ou Gerenciadoras para avaliação. Esse Plano de Trabalho deverá ressaltar os riscos de energia elétrica, trabalho em altura, atropelamento, caso haja, e as condutas para eliminação e/ou atenuação desses riscos.
- c.) Garantir e fiscalizar que a execução dos serviços ou obras, sejam realizados com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM e, em especial, ao conteúdo desta Norma Implementadora.
- d.) Instruir o fiscal ou a Empresa Supervisora contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, sobre os aspectos de saúde e segurança do trabalho e segurança operacional previstos nos contratos e passíveis de fiscalização.
- e.) Paralisar a realização de serviços ou obras, quando as atividades gerarem qualquer tipo de risco ou danos à saúde e integridade dos trabalhadores, exigindo a correção imediata por parte da Contratada e aplicando as sanções cabíveis.

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

- f.) Impor restrições de pagamento se descumprida a legislação atinente à saúde e segurança do trabalho, bem como, o conteúdo desta Norma Implementadora para a realização do objeto contratado.
- g.) Nos contratos que não estão previstos acompanhamento de Supervisora e/ou Gerenciadora, em conjunto da Segurança do Trabalho, realizar a verificação e validação documental exigida para cumprimento de Normas Regulamentadoras, bem como, acompanhamento de campo do cumprimento das exigências relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho;
- h.) Receber, avaliar e deliberar as demandas encaminhadas pela CIPA das contratadas.
- i.) Comunicar de imediato os acidentes de trabalho grave e fatais, para a Segurança do Trabalho, encaminhando CAT, CTO, relatórios sobre encaminhamentos realizados, relatório de análise de acidente do trabalho e cópia da ata de reunião extraordinária da CIPA.

5.6. Fiscal designado pelo Gestor da CPTM ou Supervisora

- a.) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada.
- b.) Realizar inspeções sistemáticas dos serviços, verificando o cumprimento do plano de trabalho e demais determinações específicas da CPTM, emitindo relatórios de não conformidades
- c.) Verificar documentos relativos à saúde e segurança do trabalho, bem como, realizar a fiscalização de campo sobre os ambientes e demais condições relativas ao assunto.
- d.) Comprovar a adoção de procedimentos de saúde e segurança do trabalho durante a execução da obra ou serviço, verificando se a contratada está cumprindo o plano de segurança, fiscalizando o uso de EPI's, aplicando treinamentos previstos em NR, etc.

6. COMPETÊNCIAS

6.1. Departamento de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – DFHS

- a.) Responsável pela definição das diretrizes que devem ser cumpridas por contratadas de serviços e obras, que tenham empregados atuando nas dependências da CPTM, com base no Plano de Trabalho, conforme explanado em Diretrizes Gerais, validado e apresentado pelo Gestor do contrato.
- b.) Assessorar Gestores e Fiscais de contratos de serviços e obras, quando solicitado.


7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- a.) Os casos omissos serão dirimidos pelo Diretor Presidente, por proposição da Gerência de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos – GFH.
- b.) Este instrumento normativo teve seu título alterado:
De: Cláusulas de saúde e segurança do trabalho nas contratações de serviços e obras
Para: Cláusulas de saúde e segurança do trabalho nas contratações de serviços e obras nas dependências da CPTM

8. ANEXOS

Anexo I - Controle de versões

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

 CPTM	TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS NAS DEPENDÊNCIAS DA CPTM	Nº NI.01/011	Página: 9/10
---	---	---------------------	-------------------------

8.1. Anexo I - Controle de versões

Versão	Data	Pág.	Motivo
01	04/05/09	Todas	Esta Norma cancela e substitui a NS.DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.
02	26/11/16	2 e 5	Adequação do Item 5.2.
03	De acordo com o item 03	Todas	Adequação do texto, atendendo aos requisitos da NR 01. Texto analisado pela Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Risco – GRI conforme Relatório de Conformidade n.º 025/2024. Processo SEI! 386.00012049/2024-02

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

9. ÍNDICE

1.	FINALIDADE	1
2.	DISTRIBUIÇÃO	1
3.	VIGÊNCIA	1
4.	DEFINIÇÕES	1
5.	DIRETRIZES	1
5.1.	Gerais	1
5.2.	Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho que devem constar nos termos de referência / contratos	2
5.2.1.	Do Programa de Trabalho	2
5.3.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA	2
5.4.	Do Plano de Trabalho	3
5.4.1.	Programa de Gestão de Riscos Ocupacionais - PGR	3
5.4.2.	Ordens de Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho	3
5.4.3.	Capacitação e Treinamentos em Segurança e Saúde no Trabalho	3
5.4.4.	Equipamentos de Proteção Individual – EPI	4
5.4.5.	Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC	4
5.4.6.	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	4
5.4.7.	Ficha de informação de Produtos Químicos – FISPQ	5
5.4.8.	Ocorrência de Acidente de Trabalho	5
5.4.9.	Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho	5
5.4.10.	Laudos	6
5.4.11.	Paralisação dos Serviços	6
5.4.12.	Plano de Atuação em Situações de Emergência	6
5.4.13.	Plano de Movimentação de cargas (Plano de Rigging).	6
5.4.14.	Comprovação Documental	7
5.5.	Responsabilidades	7
5.5.1.	Área Solicitante	7
5.5.2.	GFC – Gerência de Contratações e Compras	7
5.5.3.	Gestor/Preposto	7
5.6.	Fiscal designado pelo Gestor da CPTM ou Supervisora	8
6.	COMPETÊNCIAS	8
6.1.	Departamento de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – DFHS	8
7.	DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES	8
8.	ANEXOS	8
8.1.	Anexo I - Controle de versões	9
9.	ÍNDICE	10

PR	GRG	GRI
Aprovação Pedro Tegon Moro	Aprovação Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob	Conformidade Sérgio de Carvalho Junior

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II**PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AR00226****386.00006543/2025-19 - CÓDIGO ÚNICO Nº 20260339913**

Aos _____ dias do mês de _____ de 20____, a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, doravante denominada simplesmente **CPTM**, C.N.P.J. Nº 71.832.679/0001-23, localizada na Rua Boa Vista nº 162, 6º andar, Centro, na cidade de São Paulo - SP, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da **CPTM**, no âmbito do objeto do Contrato e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA O REGISTRO DE PREÇOS - AR00226**, em virtude de deliberação da autoridade competente que formalizou o certame licitatório pertinente e homologada pela autoridade competente da **CPTM** do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA O REGISTRO DE PREÇOS - AR00226**, **RESOLVE** registrar os preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo sido, o referido preço, oferecido pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º, 2º e lugares do Pregão Eletrônico mencionado. A sequência da classificação das empresas foi a seguinte:

- Empresa 1 _____, C.N.P.J. nº _____ - ____, com sede na (logradouro) _____, Município de _____, representado pelo Sr. _____, Cargo _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____;

Consultadas as empresas participantes do Pregão Eletrônico que precedeu esta Ata, nos termos do artigo 11 do Decreto Estadual nº 63.722/2018, nenhuma concordou (ou as licitantes listadas a seguir concordaram) em executar o objeto contratual com preço igual ao ofertado pelo licitante vencedor, na licitação, pela DETENTORA da Ata, de modo que ficam também registradas as seguintes proponentes, obedecida a ordem de classificação original no certame:

- Empresa 2 _____, C.N.P.J. nº _____ - ____, com sede na (logradouro) _____, Município de _____, representado pelo Sr. _____, Cargo _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____.)

1. DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto da presente Ata o registro de preços dos serviços especificados nos Anexos I - Termo de Referência, II - Proposta(s) da(s) **EMPRESA(S) REGISTRADA(S)** e III - Planilhas de Quantidades e Preços Propostos pela(s) **EMPRESA(S) REGISTRADA(S)**, que passam a fazer parte desta Ata.

2. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 Após a assinatura desta Ata de Registro de Preços, a critério da **CPTM**, poderão ser celebradas tantas contratações quanto necessárias, respeitados os limites estabelecidos no ato convocatório.
- 2.2 A **CPTM** não será obrigada a contratar os serviços constantes da presente Ata exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação nos termos do art. 16 do Decreto Estadual nº 63.722, de 21/09/2018, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras dos preços registrados, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data da publicação de seu extrato.

4. DO PREÇO

- 4.1 Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são aqueles apurados na sessão pública ocorrida em ____/____/20____, de acordo com a respectiva classificação das empresas detentoras ocorrida no Pregão Eletrônico - AR00226, cujos valores unitários encontram-se no Anexo III - Planilhas de Quantidades e Preços Propostos pela **EMPRESA REGISTRADA**.
- 4.2 A **CPTM** promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da contratação e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Estado.

5. DA REVISÃO DE PREÇOS

- 5.1 Toda vez que for constatado, mediante pesquisa de preços realizada pela **CPTM** ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços estão acima daqueles praticados no mercado, a **CPTM** poderá:
- 5.1.1 Convocar a **EMPRESA REGISTRADA**, através de correspondência, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação do documento;
- 5.1.2 Frustrada a negociação, liberar a **EMPRESA REGISTRADA** do compromisso assumido, mediante cancelamento parcial ou total da Ata de Registro de Preços; e
- 5.1.3 Convocar as demais empresas licitantes classificadas, visando igual oportunidade de negociação.

5.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a **EMPRESA REGISTRADA**, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **CPTM** poderá:

5.2.1 Liberar a **EMPRESA REGISTRADA** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação dos serviços; e

5.2.2 Convocar os demais licitantes classificados visando igual oportunidade de negociação.

5.3 Não havendo êxito nas negociações, a **CPTM** procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1 A **EMPRESA REGISTRADA** reconhece a irretratabilidade de sua proposta, que adquirirá força contratual mediante a formalização do contrato emitido pela **CPTM**, assumindo o compromisso de atender a convocação da **CPTM** para a sua assinatura, durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos estabelecidos no item 12 do Edital do Pregão Eletrônico - AR00226.

6.2 A **EMPRESA REGISTRADA** deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Pregão Eletrônico durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

7. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 A **EMPRESA REGISTRADA** ficará obrigada a atender a todas as convocações efetuadas pela **CPTM** para contratação durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação dos serviços, decorrente dos respectivos Contratos, esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:

- a) A **EMPRESA REGISTRADA** não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços, mesmo que em parte;
- b) A **EMPRESA REGISTRADA** der causa a rescisão administrativa do Contrato decorrente de Registro de Preços;
- c) Ocorrer quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato decorrente de Registro de Preços;
- d) Não aceitar reduzir o(s) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornar(em) superior(es) ao(s) praticados(s) no mercado;
- e) Houver razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela CPTM; e
- f) A(s) empresa(s) registrada(s) comprovar(em) estar impossibilitada(s) de

cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, mediante solicitação por escrito, ou a juízo da CPTM, comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 17 a 21, do Decreto Estadual 63.722 de 21/09/2018.

- 8.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa;
- 8.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **EMPRESA REGISTRADA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico - AR00226, que já se encontra em poder dos detentores dos preços registrados, e as Propostas das Empresas (razão social completa 1), (razão social completa 2) e ... classificadas, respectivamente, em 1º, 2º e ...º lugares no certame licitatório supracitado.
- 9.2 O resumo desta Ata de Registro de Preços será divulgado no Diário Oficial do Estado - DOE e no endereço eletrônico www.cptm.sp.gov.br.
- 9.3 Os preços registrados serão publicados no Diário Oficial do Estado trimestralmente.

10. DO FORO

- 10.1 As partes elegem o foro em que tem sede a **CPTM**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da execução do presente acordo.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nesta Ata que, lida e achada conforme, segue firmada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma para cada **EMPRESA REGISTRADA** e a outra para a **CPTM**.

AUTORIDADE COMPETENTE
Cargo

AUTORIDADE COMPETENTE
Cargo

EMPRESA REGISTRADA 1
Cargo

EMPRESA REGISTRADA 2
Cargo

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO - AR00226-_____ - CÓDIGO ÚNICO Nº 20260339913
PROCESSO - AR00226 - 386.00006543/2025-19

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E
TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE
EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE
SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO,
ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE
ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE
TRENS METROPOLITANOS - CPTM E**

_____.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista nº 162, 6º andar, Centro, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, com sede em _____, na cidade de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, do Decreto Estadual nº 63.722, de 21 de setembro de 2018, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), das normas internas específicas da **CPTM**, do Código de Conduta e Integridade, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, e pela Política de Segurança da Informação da **CPTM**, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico - AR00226, bem como os seguintes:

- Anexo I Termo de Referência;
- Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
- Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
- Anexo IV Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e
- Anexo V Termo de Ciência e de Notificação

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato, na Ata de Registro de Preços - AR00226 e no Edital do Pregão Eletrônico - AR00226, integrantes deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de ____ (_____) _____, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até **05 (cinco) dias úteis** da data da assinatura do contrato.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais

deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

- 5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.
- 5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.
- 5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

- 6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ _____ (_____), em ____/20____, mês-base dos preços.

6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **Programa de Trabalho nº _____**, **Natureza da Despesa nº _____**, **Origem dos Recursos _____** - **Código ContabilizaSP nº 269336 - RAV nº 6663/2026**.

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.

- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** pagará à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore” desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da **CPTM**, via endereço eletrônico DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço - O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica

condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.

9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{VJM} = \text{VA} \times (1,06)^{(n/365)}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias em atraso

9.1.8 Excetuem-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.

9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.

9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.

9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Gestor do contrato.

9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.

9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".

9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(A_i / A_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P_0 = Preço na data base de referência do contrato;

A_i = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês da aplicação do reajuste de preços; e

A_0 = número índice IPC-FIPE, categoria Geral, referente ao mês da data base do contrato.

- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - ____/____.
- 10.3 Na hipótese da publicação do índice ocorrer após a aprovação da medição pelo gestor, eventual diferença apurada entre o valor aprovado e o valor efetivamente devido, será objeto de ajuste nos seguintes termos:
- 10.3.1 Caso o reajuste seja positivo, a **CONTRATADA**, após autorização do Gestor, deverá emitir nota fiscal ou documento de cobrança complementar referente à diferença apurada entre o valor aprovado anteriormente e o efetivamente devido, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original da medição, o que ocorrer depois.
- 10.3.2 Se o reajuste for negativo, a **CPTM** emitirá Nota de Débito a ser compensada na data de vencimento original da medição ou a ser paga à **CPTM** no mesmo prazo definido no inciso anterior, aplicando-se, em caso de atraso, os encargos previstos neste contrato.
- 10.4 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.5 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11. TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.

- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de

incorrções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12. OBRIGAÇÕES DA CPTM

12.1 A CPTM se responsabiliza por:

- 12.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 12.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 12.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.
- 12.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**.
- 12.1.5 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.
- 12.1.6 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A CONTRATADA se obriga a:

- 13.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:
 - 13.1.1.1 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.
- 13.1.2 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.
- 13.1.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 13.1.4 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.
- 13.1.5 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 13.1.6 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 13.1.7 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 13.1.8 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 13.1.9 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 13.1.10 Respeitar as normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, obedecendo às normas e padrões internos da **CPTM** descritos na Norma NI.01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras nas Dependências da **CPTM**, integrante do Anexo I - Termo de Referência, assim como às decorrentes das normas e regulamentos aplicáveis à **CPTM**.
- 13.1.11 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 13.1.12 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.1.13 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 13.1.14 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 13.1.15 Obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.
- 13.1.16 Obedecer às normas e rotinas da **CPTM**, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas,

transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

13.1.17 Guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.

13.2 A **CONTRATADA** deverá entregar os produtos adequadamente acondicionados em suas embalagens originais, protegidos contra danos de transporte e manuseio.

13.3 A **CONTRATADA** obriga-se, sem ônus adicional à **CPTM**, a entregar versão mais recente dos softwares/firmwares, a serem fornecidos, que estejam sendo comercializados no mercado na data de assinatura do contrato.

13.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer, juntamente com os produtos, toda a documentação técnica original, completa e atualizada, contendo os manuais e guias de utilização, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

14. PESSOAL

14.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

14.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos tributários, comerciais, ambientais, trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

14.3 Caso ocorra eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

14.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, a qual, desde já, manifesta expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

- 14.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 14.6 Por ocasião da apresentação à **CPTM** da nota fiscal, fatura, recibo ou documento fiscal equivalente, deverá ainda ser apresentada, pela **CONTRATADA** os documentos de ordem previdenciária abaixo listados correspondentes ao período de execução dos serviços:
- a) Recibo transmissão da DCTFWeb;
 - b) DARF da Contribuição Previdenciária com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet.
- 14.7 As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (**CPTM**) são:
- a) Guia de Recolhimento do FGTS Digital - GFDRF, gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - b) Relação dos Trabalhadores Constantes no FGTS Digital; e
 - c) Relação de Tomadores/Obras do FGTS Digital.

15. FISCALIZAÇÃO

- 15.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 15.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 15.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 15.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 15.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.
- 15.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.

16. PENALIDADES

- 16.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta e observada a dosimetria da penalidade do artigo 257 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 16.1.1 Advertência, aplicada exclusivamente no caso de inexecução parcial do contrato e desde que não cause grave dano à **CPTM**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público, bem como quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da penalidade de multa;
 - 16.1.2 Multa de 0,01% (um centésimo) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
 - 16.1.3 Multa de 0,10% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
 - 16.1.4 Multa de 0,20% (dois décimos por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
 - 16.1.5 Multa de 10,00% (dez por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato;
 - 16.1.6 A totalidade das multas aplicadas a **CONTRATADA** não poderá exceder o limite de 30% do valor do contrato, conforme § 2º do Artigo 247 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023;
 - 16.1.7 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CPTM**, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Artigo 247, inciso III do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 16.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 16.3 O pagamento das multas compensatórias não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas, devendo ser adotado o procedimento do artigo 248 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 16.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento

de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

- 16.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

17. RESCISÃO

17.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
- d) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- f) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- h) Razões de interesse público justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- i) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela **CONTRATADA**;
- j) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) A prática de atos lesivos à **CPTM** previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;
- l) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, mediante denúncia da **CONTRATADA**:

- a) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da **CPTM**, por prazo superior a 3 (três) meses;

- b) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - c) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela **CPTM** por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- 17.3 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 17.4 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.
- 17.5 A rescisão consensual ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.
- 17.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, nos termos do disposto no artigo 187 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 17.7 As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 17.2 acima observarão as seguintes disposições:
- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a **CONTRATADA** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
 - b) Assegurarão à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação.
- 17.8 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 189 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

18. ALTERAÇÕES

- 18.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 173 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 18.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

- 18.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 18.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 18.2.
- 18.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 177 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

19. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 19.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

20. GARANTIA TÉCNICA

- 20.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 20.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.
- 20.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 20.4 Todos os equipamentos deverão possuir garantia do fabricante durante o período de 36 (trinta e seis) meses com entrega on-site para a substituição do equipamento, peças ou componentes com mão de obra e atendimento local de acordo com abertura do chamado junto ao fornecedor dos equipamentos contemplando todos os equipamentos descritos neste contrato e em seus anexos.
- 20.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovação formal da aquisição da garantia técnica junto ao fabricante, abrangendo todos os equipamentos e software(s).
- 20.5.1 A entrega da garantia técnica do fabricante não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** da prestação de suporte on-site da solução.
- 20.6 Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser executados remotamente ou localmente, se necessário, pelo corpo técnico capacitado e credenciado pelo fabricante.
- 20.7 O canal de atendimento deverá estar disponível em regime 8x5, com substituição de peças e componentes até o próximo dia útil (8x5x365NBD).
- 20.8 A **CPTM** poderá abrir chamados de manutenção diretamente no Fabricante do item sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da **CONTRATADA**.

- 20.8.1 Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software.
- 20.9 Para a solução de problemas de ajustes de configuração de hardware, software e drivers no máximo 24 horas após a abertura do chamado técnico, este prazo não deverá ultrapassar 48 horas.
- 20.10 Sempre que necessário ou solicitado pela **CPTM**, um técnico devidamente qualificado e identificado deverá realizar o atendimento e a solução do problema em data e hora agendada com a equipe técnica da **CPTM**.
- 20.11 A **CONTRATADA** ou fabricante do equipamento deverá prover canal para acesso à central de suporte e manutenção técnica por meio telefônico 0800 o qual deverá fornecer código de protocolo que servirá como referência para os acionamentos e para gerenciamento dos acionamentos dos serviços garantia para todos os acionamentos da **CPTM**.
- 20.12 Além do contato telefônico, uma das seguintes formas de contato deve estar disponível para a solicitação de serviços:
- 20.12.1 Website;
- 20.12.2 E-mail.
- 20.13 Deverá ser garantido à **CPTM** o pleno acesso ao site do Fabricante dos equipamentos e softwares.
- 20.13.1 Esse acesso deve permitir consultas a quaisquer bases de dados disponíveis para usuários relacionadas aos equipamentos e softwares especificados, além de permitir downloads de quaisquer atualizações de software ou documentação deste produto.
- 20.14 A garantia e assistência técnica deverá possuir cobertura para toda a RMSP.
- 20.15 O canal de atendimento do fabricante deverá ser disponível em português-BR.

21. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 21.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 21.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.
- 21.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.

- 21.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 21.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

22. DIREITOS AUTORAIS

- 22.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.
- 22.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:
- 22.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;
 - 22.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;
 - 22.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.
- 22.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.
- 22.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

23. COMUNICAÇÕES

- 23.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA Nº 162, 6º ANDAR - CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-902

CONTRATO - AR00226-_____

CONTRATADA:**RAZÃO SOCIAL**

ENDEREÇO

CIDADE / UF

CEP _____

CONTRATO - AR00226- _____

CONTATO _____

TEL/FAX _____

E-MAIL _____

- 23.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.
- 23.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

24. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 24.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 180 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.
- 24.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 24.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 20 (vinte) dias úteis da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.
- 24.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

25. NOVAÇÃO

- 25.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 26.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto no

Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM**, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023 e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

27. VINCULAÇÃO

- 27.1 O presente Contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico - **AR00226**, à Ata de Registro de Preços - AR00226 e à proposta da **CONTRATADA**.

28. FORO

- 28.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

Pela **CONTRATADA**:

TESTEMUNHAS:

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1. SERVIÇOS

- 1.1 A presente proposta refere-se à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**
- 1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico - AR00226 e seus anexos.

2. PREÇOS

- 2.1 O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de R\$ _____ (_____), data-base ____/20XX.
- 2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 O prazo de execução dos serviços será estabelecido na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM, de acordo com as quantidades e características de cada O.S.
- 3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. DECLARAÇÕES

- 4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.
- 4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023 e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

- 4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/codigos-de-conduta-integridade>.

CARIMBO DO C.N.P.J. DA PROPONENTE
DATA E NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL
CARGO

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS

Data Base:

Item	Soluções	Descrição	Tipo	Qtd.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Camada de Segurança	Solução de Segurança de Rede – Firewall com Softwares/Licenças/Subscrições/Assinaturas	Unidade	105		
2	Solução de Comunicação	Switch de Acesso com 24 Portas 1000BaseT	Unidade	200		
3	Gestão Centralizada	Solução de gestão centralizada de firewalls	Unidade	1		
4	Mão de Obra	Instalação e configuração da solução de gestão centralizada de firewalls	Unidade	1		
5	Mão de Obra	Treinamento das soluções de firewall, switches e gestão centralizada de firewalls.	Unidade	1		
Total Geral (R\$)						

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO MINISTÉRIO DO
TRABALHO**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA, sob as penas da lei, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

_____, de _____ de
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal

(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO SUBITEM 3.7.1 DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____._____._____/_____, interessada em participar do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) do C.P.F nº_____, DECLARA que reúne as condições de participação e que não se encontra impedida de licitar e de ser contratada pela CPTM, nos termos do subitem 3.7.1 do Edital e pelos motivos constantes nos artigos 30 e 31 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da CPTM, vigente a partir de 04 de dezembro de 2023.

_____, de _____ de
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

Nota 1: Apresentar o telefone e o e-mail de contato da PROPONENTE

Telefone:

e-mail:

ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente, eu, _____,
representante da empresa _____
("Empresa"), inscrita sob nº. _____. _____. _____. / _____. _____., na qualidade de Fornecedor
ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de
Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores
de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles
para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a
confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das
atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM
e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos
de acordo com as diretrizes apresentadas nestes Códigos, acessados através do endereço
eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/codigos-de-conduta-integridade>, e entendo que estou proibido de oferecer,
prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar
fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que
disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores,
parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

_____, de _____ de _____
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO IX
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REVENDA AUTORIZADA OU PARCEIRO

À Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM

Ref.: Pregão Eletrônico - AR00226

_____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr.(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
C.P.F. nº _____, interessada em participar do
processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226, DECLARA, sob as penas da Lei,
que nossa empresa é Revenda Autorizada ou Parceiro Certificado do fabricante
_____ (indicar o nome do fabricante do(s) produto(s)
a ser(em) ofertado(s), objeto desta licitação) inscrito no CNPJ sob o nº
_____, na categoria _____.

_____, de _____ de _____
(Nome da cidade)

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

ANEXO X
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARTE RELACIONADA

Prezados Senhores,

Eu, [NOME COMPLETO], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], CPF nº [], [FUNÇÃO OU CARGO], na condição de representante da empresa [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ nº _____, em atendimento à Política de **Transações com Partes Relacionadas** da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, disponível através do endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/cptm/esg-consciente/praticas-de-governanca/legislacao-estatuto-social-e-politicas>, **DECLARO**, sob as penas cabíveis, que, seja em nossa empresa ou em outra empresa na qual tenhamos sociedade ou que pertença ao nosso grupo empresarial, na posição de administrador (diretor ou conselheiro) ou sócio:

() **NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

() **NÃO NOS ENQUADRAMOS** como **Parte Relacionada da CPTM**.

Qualquer modificação na informação acima, durante o período de execução do contrato, será reapresentada à CPTM, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a contar da alteração e encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico: programa.integridade@cptm.sp.gov.br.

Declaro ciência de que, na hipótese de identificação como **Parte Relacionada à CPTM**, a transação deverá seguir os trâmites específicos, podendo comprometer prazos.

No caso de parte relacionada, pessoa física, detalho a indicação para que o processo seja conduzido sob a ótica da Conformidade das Transações com Partes Relacionadas.

NOME	CPF	PARENTESCO	EMPREGADO CPTM	CARGO OCUPADO

Se a parte relacionada for entre Organizações:

PARTE RELACIONADA	EMPRESA	CNPJ
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
ADM DIRETA OU INDIRETA DO GESP		
ACIONISTA DA CPTM CONTROLA DIRETA OU INDIRETAMENTE		
CPTM OU GESP INFLUENCIAM OU TEM REPRESENTANTE NA ADM DA EMPRESA		
GESTORA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO		

_____, ____ de _____ de _____

assinatura do representante legal
(com carimbo da PROPONENTE)

As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadram nas condições acima, permanecem consideradas como Parte Relacionada por 180 (cento e oitenta) dias após a cessação desta condição.

ANEXO XI
PREGÃO ELETRÔNICO - AR00226
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADO:

CONTRATO: AR00226-____

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE FIREWALL, SWITCHES E DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- b) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- c) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- d) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- e) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- f) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL: São Paulo/SP

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**Pelo contratante:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____